



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXIV – Nº 013 – QUARTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 7 DE JULHO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2.1 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 15 anos da implan-
tação do Plano Real, nos termos do Requerimento
s/nº, de 2009, do Senador Arthur Virgílio e outros
senhores senadores e do Requerimento nº 4.188,
de 2009, do Deputado José Aníbal. 02504

1.2.2 – Oradores

DEPUTADO JOSÉ ANÍBAL..... 02504

SENADOR SÉRGIO GUERRA..... 02505

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO 02507

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR..... 02510

DEPUTADO OTAVIO LEITE 02514

SENADOR FRANCISCO DORNELLES 02515

SENADOR MARCO MACIEL 02516

SENADOR JOSÉ AGRIPINO..... 02519

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE..... 02520

**1.2.3 – Fala da Presidência (Senador José
Sarney)** 02522

1.2.4 – Oradores (continuação)

YEDA CRUSIUS (GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL) 02522

AÉCIO NEVES (GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS
GERAIS) 02524

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (EX-PRESIDENTE
DA REPÚBLICA) 02526

**1.2.5 – Suspensão da sessão às 13 horas
e 32 minutos e reabertura às 13 horas e 34 mi-
nutos**..... 02531

1.2.6 – Oradores (continuação)

RUBENS RICUPERO (EX-MINISTRO DE ESTADO DA
FAZENDA) 02531

EDMAR BACHA (REPRESENTANDO OS FORMULADORES
DO PLANO REAL) 02533

SENADOR NEUTO DE CONTO 02533

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA 02535

SENADOR EDUARDO SUPPLY 02535

**1.2.7 – Fala da Presidência (Senador Mar-
coni Perillo)** 02536

1.2.8 – Oradores (continuação)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (ART. 203, DO REGIMENTO
INTERNO DO SENADO FEDERAL) 02537

1.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

**2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES-
SO NACIONAL**

**3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL**

**4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO
PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

ATA DA 14ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE) EM 7 DE JULHO DE 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Marconi Perillo.

(Inicia-Se a Sessão às 10 Horas e 38 Minutos, e Encerra-Se às 14 Horas e 22 Minutos)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta sessão solene do Congresso Nacional é destinada a comemorar os 15 anos de implantação do Plano Real.

Convido para compor a Mesa o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Governador Aécio Neves. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes. *(Palmas.)*

Convido os signatários do requerimento de realização desta homenagem: o Exmº Sr. Deputado Federal José Aníbal e o Exmº Sr. Senador Arthur Virgílio. *(Palmas.)*

Quero também registrar a presença do Sr. Ministro do Superior Tribunal Militar, Exmº Sr. José Coelho Ferreira; do Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Guilherme Caputo Bastos; do Vice-Governador de Santa Catarina, Exmº Sr. Leonel Pavan; do Deputado Estadual do Paraná, Sr. Valdir Rossoni; do Deputado Estadual do Espírito Santo, Exmº Sr. César Colnago; do Deputado Estadual do Espírito Santo, Exmº Sr. Luiz Paulo; do economista Winston Fritsch; do economista Gustavo Franco; do economista Edmar Bacha; do Sr. Presidente do Instituto Fernand Braudel e Diretor da Fundação Armando Álvares Penteado, Exmº Sr. Embaixador Rubens Ricupero.

Convido para participar da Mesa a Srª Governadora Yeda Crusius. *(Palmas.)*

Em seguida, todos de pé, ouviremos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado José Aníbal, primeiro signatário do requerimento de realização desta sessão de homenagem na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, José Sarney; Sr. Presidente da Câ-

mara, Michel Temer; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes; Presidente Fernando Henrique, figura simbólica deste ato que realizamos aqui hoje; Governador Aécio Neves, ex-Presidente da Câmara; Governadora Yeda Crusius; meu amigo Senador Marconi Perillo, ex-Governador de Goiás, eu queria saudar a presença de todos, alguns que tiveram um papel de relevo e de muito destaque na elaboração e na aprovação desse Plano.

Esse Plano teve muitas qualidades distintas de outros, mas uma que vale muito ressaltar é que ele veio para o Parlamento, foi negociado com o Parlamento durante meses. E está aqui presente a figura que, quase cotidianamente, estava conosco nesse procedimento de negociação, que é o economista Edmar Bacha. Quero saudar a presença dele, realçar a sua importância, e ele vai nos falar. Gustavo Franco, que foi também um dos elaboradores do programa; Winston Fritsch, que está aqui conosco e também participou ativamente, e o ex-Ministro Ricupero, que foi uma figura central para assegurar as condições de implantação do Plano Real. Vejo, aqui, amigos que participaram, junto comigo e outros, desse processo de discussão e aprovação do Plano aqui, no Parlamento.

E quero ainda registrar a presença do Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel, que está aqui conosco, e de cada um de vocês que estão aqui, a olhar este plenário e ver figuras tão importantes, ativas, militantes nesse programa que refundou a economia brasileira, que criou a moeda no Brasil – um país sem moeda, alguém já disse, não se respeita nem é respeitado – e que, instantaneamente, mudou para melhor a vida dos trabalhadores e do povo do Brasil, ao terminar com a inflação, ao inviabilizar aquele processo terrível de corrosão salarial que nós vivíamos. No ano anterior ao Plano Real, inflação: 5.150%. Estou vendo que há dois jovens sentados ali, de terno, que não sei quem são, mas, certamente, interessados em comemorar, também, esse Plano – quando ele foi iniciado, provavelmente, eles não estavam vivos. Mas, enfim, 5.150% de inflação em um ano é algo que o Brasil, felizmente, já esqueceu – e tem de ser esquecimento para sempre.

Nós até esperávamos, Arthur Virgílio e eu, que fosse tomada alguma iniciativa, por parte do Gover-

no, para a comemoração dos 15 anos do Real. Afinal, o Governo reconheceu, tanto quanto todo o Brasil, a relevância e a importância desse programa e a centralidade nele para que a economia brasileira tenha os fundamentos que tem hoje. Por isso mesmo, a expectativa se manteve durante um tempo. Como nenhuma iniciativa foi tomada, o Arthur e eu decidimos, então, solicitar esta sessão solene conjunta, Câmara e Senado, de comemoração do Plano.

Eu, tanto quanto vocês, quero muito ouvir hoje, aqui, esses personagens que estiveram tão presentes. Vejo aqui o ex-Ministro Eliseu Resende, que também contribuiu, fortemente, naquele período de transição, para que chegássemos à estabilização da economia brasileira.

Queremos muito ouvir aqueles que participaram da elaboração e que tiveram, junto com forças políticas que reconheceram a importância do programa, a coragem de fazer o Plano Real, que foi objeto de um compromisso firme com a governabilidade. Não foi um compromisso de governabilidade parlamentar apenas. O Brasil estava, de certo modo, à deriva, e esse Plano nos colocou num caminho distinto: estabilizou a economia brasileira, estabilizou todo o processo político no Brasil e teve um impacto que perdura há 15 anos, pela profundidade com que ele interveio nos fundamentos da economia. Portanto, vale a comemoração. É muito importante que a gente recupere essa memória e que aqueles que participaram tão ativamente na elaboração e na execução do Plano possam, hoje, manifestar-se aqui.

Sr. Presidente, muito obrigado! Muito obrigado pela presença de todos. Sintam-se compartilhando conosco de uma aventura que levou o Brasil à redenção no que se refere à inflação e à credibilidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado, Deputado José Aníbal.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra pela Liderança do PSDB. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Exmº Sr. Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Deputado Federal Michel Temer; Sr. Presidente da República Federativa do Brasil de 1995 a 2003, Exmº Sr. Fernando Henrique Cardoso; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmº Sr. Ministro Gilmar Mendes; 1º Signatário desta homenagem na Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Deputado Federal José Aníbal; Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; Sr. Governador do Estado de Roraima, Anchieta, que está aqui também presente;

meus senhores e minhas senhoras; Srs. Senadores, Srªs Senadoras; Srs. Deputados, Srªs Deputadas, eu não estava pessoalmente preparado para dar esta palavra neste momento. Julguei que meu Líder, Senador Arthur Virgílio, o faria. Eu estava inscrito para falar logo depois – o Senador Arthur Virgílio deve estar chegando.

Mas falo hoje com absoluta naturalidade e com a consciência muito tranquila das coisas que estou dizendo e que vou continuar a dizer sobre o PSDB, em relação ao seu passado, seu presente e seu futuro.

Seria impossível separar o futuro, o presente e o passado do PSDB do Plano Real, do Presidente Fernando Henrique Cardoso e dos que estão hoje nesta Mesa, que foram colaboradores ativos desse programa.

O Brasil vivia um momento de extrema crise, na qual a sociedade brasileira tinha perdido fundamentos, sacrificado fundamentos indispensáveis para que o Brasil pudesse prosperar. Impossível, no ambiente de antes, produzir estratégias de curto, médio e longo prazos. Se não temos, como deveríamos ter hoje, um verdadeiro planejamento neste País, é claro que, antes do Plano Real, não se poderia nem sequer considerar essa hipótese, seja do ponto de vista setorial, seja do ponto de vista global. Era preciso dar ao País demonstração de firmeza, de competência e de liderança. Essa firmeza, essa competência e essa liderança o Brasil encontrou no Presidente Fernando Henrique Cardoso; e é preciso reconhecer também as iniciativas do seu antecessor, o Presidente da República do qual o Presidente Fernando Henrique foi Ministro: Dr. Itamar Franco.

Mas foi o Presidente Fernando Henrique e um certo grupo de pessoas que encararam o Brasil, com seus múltiplos problemas e desafios que antes não tinham sido considerados.

Produzimos o Plano Real, cujo fundamento, origem e consequências o Brasil conhece. Eu diria que já são praticamente e consensualmente aceitos. Se nos primeiros momentos houve dúvidas sobre a capacidade de o Plano Real desempenhar seu papel, se houve oposição a ele, não conheço ninguém hoje que a sustente mais. Hoje, o Brasil todo aprova esse Plano e o que ele fez, além dos partidos, das facções, das ideologias, dos preconceitos e das políticas conjunturais. É evidente que o tempo fez com que os brasileiros compreendessem, na sua ampla extensão, a responsabilidade, a eficiência e o que produziu para o Brasil o Plano Real.

O PSDB tem sido assim. Há muitos anos, assumiu o Governo do Estado de São Paulo. O que fez lá? Produziu um amplo ajuste fiscal; enfrentou grandes di-

ficuldades, muitas incompreensões; estruturou-se um Estado democrático em São Paulo, eficiente e moderno. As eleições a seguir confirmaram o acerto dessas decisões corajosas e antecipadoras do PSDB.

Não foi assim no Estado de Minas Gerais com o Governador Aécio Neves, que, da forma discreta e segura como trabalha, estruturou, no seu Estado, uma equipe de alta qualidade, de gente verdadeiramente competente, livre de influências que não fossem a favor do interesse público. Produziu, em quatro, oito anos, uma reforma na estrutura e nas possibilidades do seu Estado, fazendo de Minas Gerais o que é hoje: um grande Estado brasileiro, com grande futuro e grande Governador.

Enfrentamos problemas noutros lugares. Neste instante, enfrentamos no Rio Grande do Sul. Nossa Governadora, numa maré de incompreensões, fez o que muitos não fizeram por muitos anos; e, por todo o tempo, enfrentou preconceitos, estruturas, cultura e fez um poderoso ajuste fiscal no seu Estado, que tem produzido enorme custo político para o desempenho do seu mandato.

Em Alagoas, nosso Governador faz a mesma coisa. O Estado de Alagoas era um Estado destruído, desestruturado, inviável, e o Governador de Alagoas tem feito obra corajosa de recuperação do Estado, pré-condição para que ele possa ser governado, possa dar satisfação à população e produzir resultados no futuro.

Evidentemente, fizemos isso tudo em amplas alianças; evidentemente tivemos a contribuição de muita gente, de maneira geral, do Partido da Frente Liberal e, hoje, do Democratas, que pode ser simbolizado pela presença entre nós do Senador Marco Maciel, exemplo de liderança, competência, seriedade e espírito público – raros no Brasil de hoje.

Somos um Partido que, em muitos momentos, é incompreendido. Algumas pessoas não compreendem, às vezes, como não decidimos com rapidez ou não impomos o nosso ponto de vista. De todas as versões, a mais fraudulenta de todas é que o PSDB é um Partido que tem um grupo que o domina, uma certa cúpula de tucanos. Nada mais falso. Nada menos real. Não é verdade, não é assim, não é dessa forma que funciona. Não tomamos nenhuma decisão sem uma ampla consulta e sem muita discussão.

Aqui, no Senado, fizemos isso há meses, no caso da CPMF. Discutimos a CPMF por muito tempo, com algum desgaste, com muitas discordâncias, mas, na hora de determinarmos o nosso voto, o fizemos por unanimidade, na mesma direção. É assim que trabalhamos, com um compromisso cuja origem foi o governo da seriedade, o governo da verdade, o governo da

grande reforma no Brasil, que foi presidido, no âmbito do Plano Real, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quero dar um depoimento a todos nós aqui. Presidente do Partido há pouco mais de ano, um ano e meio, temos muita gente solidária com o PSDB, preocupada em resolver os seus problemas, em colaborar para a solução deles. Nenhum deles supera, nem de longe, a ação, a determinação, a solidariedade e a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Solidário – absolutamente solidário –, seguro, firme nas suas opiniões, mostrou, no passado, como se governa o Brasil, e nos mostra, todo dia, por qual caminho devemos prosseguir. (*Palmas.*)

Não estou falando por falar, nem para homenageá-lo neste Senado, do qual ele foi um grande representante e um dos melhores Senadores que por aqui passou. Falo de maneira absolutamente sincera, para confirmar um ponto de vista que não é meu apenas, é do PSDB inteiro.

Tenho a íntima convicção de que, progressivamente e cada vez mais, os brasileiros vão saber do tamanho, da importância, da relevância, da competência, da seriedade e do espírito público do brasileiro Fernando Henrique Cardoso: democrático – absolutamente democrático –, completamente disposto a colaborar sempre, com a coragem pública que poucos têm.

Neste momento de crise – não falo de crise do Senado, pois seria diminuir esse episódio e esta reunião de hoje – das instituições no plural, de crise do Congresso, de uma maneira mais ampla, dos Parlamentos quase todos – em nível municipal, estadual e federal –, temos de ter tranquilidade, confiança, elevado espírito público e enfrentar o risco, que o Congresso brasileiro enfrenta de maneira muito clara, da sua diminuição e do crescimento desequilibrado do Poder Executivo e da sua política. Não é uma coisa de partidos nem é uma questão de oposição a quem quer que seja. É uma questão de democracia.

Temos, entre muitos desafios a enfrentar de agora para a frente e cada vez mais, o desafio da democracia. Não está fácil. Não está fácil. Está absolutamente difícil esse enfrentamento, mas devemos nos inspirar em muitos, em tantos quantos brasileiros já tiveram no passado e têm no presente condições de contribuir com o País que devemos fazer, entre eles, e na liderança deles, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Meus companheiros Senadores e Senadoras, o Plano Real é um consenso brasileiro hoje. É verdade que muita coisa deixa de ser reconhecida, avaliada – positivamente avaliada –, como foi a nossa inserção nos programas sociais, no interesse conjuntural, imediato, de uma eleição ou de outra.

Aliás, melhor seria que disputássemos as eleições com argumentos e não com preconceitos, com uma democracia ampla, aberta, na qual todos falassem e todos fossem respeitados, sem o uso da máquina pública e dos argumentos precários, uma democracia que valorizasse o papel de cada um de nós, dos Municípios, dos Estados, da Federação, dos Partidos, e que tratasse de construí-los. Essa construção política tem de ser feita no Brasil como foi feita, no passado, a sua construção econômica no Plano Real. A grande reforma econômica no Brasil se fez lá; na reforma política do Brasil não se arranhou, ninguém tratou dela. Ao contrário, vamos para uma eleição com os mesmos vícios, os mesmos comprometimentos que já viciaram tantas eleições e que prejudicam a qualidade da representação parlamentar.

Uma palavra sobre o Plano Real, para finalizar estas minhas poucas palavras, que, seguramente, não representam, como representará a palavra do Senador Arthur Virgílio, com o brilho e a competência que ninguém lhe nega, a verdade, a consistência e o futuro das instituições econômicas do Brasil.

Tenho absoluta convicção de que estamos no caminho certo, de que somos coerentes, de que esse aniversário do Plano Real – que também é, em grande parte, do PSDB – é apenas uma marca de um Partido que olha para a frente, que se vai desenvolver cada vez mais, que respeita as suas bases, Partido no qual todos podem falar e reclamar, discutir, polemizar, em que todos são importantes do mesmo jeito.

Estamos, aqui, para dizer a todos, neste dia em que o Brasil comemora o Plano Real, que o caminho do Brasil é a democracia, é falar a verdade, é dizer a verdade, é respeitar o Congresso, respeitar o Poder Judiciário, equilibrar, rigorosamente, as instituições brasileiras. Fantasias, mitos não colaboram; realidade, sim, ação, sim, porque produzem resultados a curto, médio e longo prazo, como, permanentemente, os produz o Plano Real, fundado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quero dar ao Senador Arthur Virgílio e ao Líder José Aníbal o nosso cumprimento e os nossos parabéns pela iniciativa da convocação desta reunião de hoje, democrática e, sobretudo, uma reunião a favor do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, primeiro requerente desta homenagem no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,

Michel Temer; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, ilustre Ministro Gilmar Mendes; Governador Aécio Neves; Governadora Yeda Crusius; Governador Anchieta Júnior; economista e um dos idealizadores do Plano Real,...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, eu peço licença a V. Ex^a para convidar o Governador Anchieta para tomar parte da Mesa. (*Palmas.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... economista Winston Fritsch; economista e igualmente idealizador do Plano Real, Gustavo Franco; do mesmo modo, o talentoso economista Edmar Bacha; meu professor e ex-Ministro da Fazenda em um momento difícil da vida brasileira, Embaixador Rubens Ricupero; Ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira; Ministro José Jorge de Vasconcelos Lima; e deixei para o final, não sem antes registrar a importância e o descortino que teve o Presidente Itamar Franco de, em momento delicado do seu Governo, resolver apostar numa guinada de 180° na economia brasileira e ter entregue, ele, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o Ministério da Fazenda, com plenos poderes para executar essa que é a grande obra de redenção do País. Eu tenho de homenagear Itamar Franco e, obviamente, registrar que o Brasil era um antes de Fernando Henrique e o Brasil é outro após os oito anos de dificuldades, mas de construção, de mudanças, de reformas estruturais, de estabilidade econômica, a ponto de hoje nós podermos dizer que o Brasil enfrentou e enfrenta uma crise financeira internacional de maneira bastante confortável relativamente a outros países. Isso se deve a acertos, de um Governo que tem erros, como o Governo do Presidente Lula, e se deve, sem dúvida alguma, à base que recebeu do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Há 15 anos, em 1º de julho de 1994, marcava-se o início de um processo de estabilização da economia brasileira, com o rompimento de um passado de inflação alta e descontrolada e que, fatalmente, encaminharia o Brasil para a tragédia de uma hiperinflação.

O Plano Real, marco de nossa história econômica, foi um sucesso para os objetivos propostos, que eram: o da derrubada da inflação, a criação de uma moeda forte e a reorganização do Estado brasileiro, após uma década de absoluta desordem financeira.

O Real, nas palavras do ex-Ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira, “foi um divisor de águas, um salto que representou um avanço institucional importantíssimo”. Hoje, virou uma conquista da sociedade, que tem uma moeda nacional forte da qual se pode orgulhar.

Os tempos de inflação alta e descontrolada são apenas uma lembrança histórica para toda uma geração que cresceu sob a égide do Real.

Hiperinflação, escassez de produtos, troca constante de moeda, correria aos supermercados, tudo isso não passa, felizmente, de uma realidade muito distante do nosso dia a dia.

Mas o desafio de combater a instabilidade econômica não ocorreu de maneira gradual. Foram inúmeras tentativas através de planos econômicos e mudanças de moedas, como o Cruzado (1986-1989). Aliás, abro parêntesis para dizer que isso que se costuma dizer que foram fracassos, na verdade, constituíram a base para que se tivesse, um dia, Gustavo Franco, um plano exitoso. Foram tentativas no exterior, e internamente no Brasil, que constituíram a base para que se construísse um Plano que fica para sempre. Uma moeda que vai durar por toda a nossa existência, pela existência de muitas gerações que virão após as que aqui estão a usufruir de um Brasil melhor, um Brasil estável, um Brasil mais justo, um Brasil que tem aquilo que é equivalente ao valor da sua Bandeira: que tem uma moeda; não tinha antes, e tem uma moeda agora.

Muito bem: o Plano Cruzado (1986-1989), o Cruzado Novo, o Cruzeiro, e o Cruzeiro Real. Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Collor, Plano Verão, enfim, foram muitas as medidas de impacto na tentativa de tirar o País de crises imediatas. Mas todos esses planos não passavam de ações paliativas, que combatiam os sintomas e não tinham efeito satisfatório ao fim e ao cabo.

Foi com muita expectativa que o Plano Real foi sendo observado. As primeiras medidas, ainda em 1993, foram mais maduras. As lições do passado fizeram com que o Plano obtivesse pleno êxito.

No entanto, a entrada em circulação do Real, em 1º de julho de 1994, foi apenas o passo final do Plano Real, que entrara em vigor no mês de fevereiro daquele mesmo ano de 1994. Muitas medidas tomadas anteriormente à entrada em vigor do Real – como a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) e a implantação da Unidade Real de Valor (URV) – também tiveram sua importância para que o Plano deslanchasse. Aliás, o grande “achado técnico” do Plano – termo usado pelo jornalista Otávio Cabral na revista *Veja* desta semana – foi a criação da URV, um indexador único fez convergir aos poucos todos os preços da economia, de tal forma que a nova moeda, ao nascer, refletisse de fato o valor de cada coisa nesta País.

A URV foi importante para que não fosse necessário corrigir os preços depois da mudança da moeda. Na verdade, criou-se um ajuste de preços que variava conforme o dólar, mas sem a dolarização da moeda.

Além disso, a URV eliminou os indexadores, quebrando toda aquela “inércia inflacionária” que existia e que significava uma insistente prática de indexação da economia, como aluguéis e preços de serviços.

Enfim, o Real foi fundamental para enfrentar o grande mostro da inflação que, em 1993, às vésperas do Plano, chegou a 2.477% ao ano. Mas, ajustes foram necessários e, em 1999, a política econômica adotou um novo arcabouço que se mantém até os dias de hoje: o tripé constituído pelo sistema de metas de inflação, pelo regime de câmbio flutuante e pela meta de superávit primário. Foi esse tripé que, em 1999, permitiu que saíssemos de uma grave crise anunciada no balanço de pagamentos e que se propagou ao lado real da economia.

Foi também esse tripé que resguardou o País da sucessão de choques externos no segundo Governo Fernando Henrique Cardoso e que está permitindo que soframos menos do que outros países – não do que todos, isso não é verdade, mas menos do que muitos países – os efeitos da atual crise externa.

Vale a pena ainda destacar que, na esteira do Real, muitas outras medidas importantes foram adotadas. Não fosse a estabilidade promovida com a implantação do Real, não teríamos, por exemplo, o Proer, o bem-sucedido programa de recuperação de bancos brasileiros, adotado, sob tantas críticas, na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Não teríamos também o Copom, que deu autonomia ao Banco Central na definição da taxa de juros. Não teríamos, ainda, nem as privatizações, que trouxeram bilhões de dólares em investimentos, nem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impôs o tão necessário limite às gastanças de Estados e de Municípios.

Não podemos deixar de destacar também a renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios, ocorrida em 1997 e 1999, que representaram um avanço em direção à estabilidade financeira do País como um todo.

Lembro-me daquela época em que havia uma crítica parva: “A dívida interna subiu”. Eu respondia, tentando ser parvo também: “Vamos, então, desfazer a renegociação das dívidas, que a dívida cai”. Mas, o melhor é ninguém ser parvo neste País, para que o País continue usufruindo de estabilidade, de decência e de perspectiva de crescimento e de prosperidade no futuro.

Da mesma forma, é preciso fazer referência às emendas constitucionais promulgadas no ano de 1995, e que diziam respeito à ordem econômica, que tratavam do gás canalizado, do petróleo, da navegação de cabotagem, das discriminações ao capital estrangeiro e da quebra do monopólio das telecomunicações.

Sr. Presidente Fernando Henrique, na verdade, eu, como Parlamentar articulador do seu Governo e, ao mesmo tempo, espectador – não podia deixar de ser espectador da cena –, toda vez que eu via alguém ligado a alguma oligarquia deste País votando uma reforma, eu antegozava o resultado, porque sabia que uma nova economia geraria uma nova sociedade, e essa nova sociedade geraria um novo padrão de exigência política e que, portanto, o fim das oligarquias estava marcado, estava com data marcada. E nós não podemos responder a isso a não ser com decência, a não ser com combate implacável à corrupção, porque a estabilidade econômica não se coaduna com meias respostas, não se coaduna com estabilidade do ponto de vista da lisura no trato da coisa pública.

Ou seja, eu dizia, algumas pessoas que acham que a fisiologia delas as leva a usufruir, em níveis que eram aceitáveis, de pequenas vantagens de governo para votar reformas, eu dizia, essas estão levando uma vantagem inicial; em seguida, elas serão liquidadas pela emergência de uma nova mentalidade na sociedade brasileira. Isso, para mim, era algo que, do ponto de vista político, ressaltava de maneira muito clara aos olhos e, por isso, eu me empenhava muito a fundo na aprovação dessas matérias, porque eu sabia que tudo mudaria no Brasil, e tudo está mudando e tudo vai mudar no Brasil, de maneira muito clara, a partir, inclusive, da necessária retomada de reformas que a bonança internacional permitiu ao Governo atual um certo relaxamento, ou seja, “não preciso fazer reformas mais porque está tudo dando tão certo na economia internacional.” O Governo Lula, que teve méritos, que fez, a meu ver, um Governo impecável do ponto de vista fiscal, do ponto de vista monetário, no primeiro Governo, que foi sobretudo muito correto, do ponto de vista de sua política monetária, ainda no seu segundo Governo, relaxou um pouco a guarda no plano da política fiscal no seu segundo Governo. E há tempo para corrigir rumos, é só se pensar mais no País e menos nos eventos que são relevantes para a democracia, como eleições e outros que tais. Mas entendo que há méritos no Governo do Presidente Lula, como houve a iniciativa extraordinária do Presidente Itamar Franco e como houve a consolidação da democracia brasileira, a partir da consolidação da estabilidade da economia brasileira nos oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Gosto muito da idéia de um país que não vai para trás, de um país que vai para a frente; e o país que marcha e que começa a construir certos valores dos quais governo nenhum pode recuar. E todo e qualquer candidato que, dessas conquistas, pretenda recuar, imediatamente ficaria estigmatizado perante a opinião

pública. E, portanto, o Brasil começa a ser um País de foros efetivamente civilizados, quando se parte da economia para se analisar a política que nos cerca.

Muito bem, Sr. Presidente.

Portanto, muito do que se fez, desde o Plano Real até hoje, é de se registrar, mas há o que se fazer – eu repito. Há muitos desafios que o Brasil precisa enfrentar agora para não correremos o risco de ficar pelo meio do caminho.

A inflação está controlada; a economia, organizada. Uma nova agenda, portanto – talvez nem tão nova assim –, se apresenta cada vez mais urgente para alcançarmos um ambiente econômico sólido e competitivo.

Um dos pontos dessa agenda é a reforma tributária e a reforma fiscal. Eu entendo a reforma fiscal como muito mais do que uma reforma tributária. É um todo: é contermos os gastos públicos, é contermos os gastos correntes, é pouparmos no investimento para que sobre recursos para o custeio, é tudo aquilo que deve fazer parte da agenda. Eu repito a palavra agenda de um administrador consequente, de um administrador responsável. Nosso objetivo é alcançarmos o ambiente econômico que torne nossa economia cada vez mais sólida e cada vez mais competitiva.

Um dos pontos dessa agenda é a reforma tributária e fiscal, como já dissera. O que se viu até hoje foram medidas pontuais que beneficiam alguns setores específicos. Precisamos simplificar nosso sistema tributário. Precisamos melhorar a qualidade dos gastos do Governo. Os governos, de um modo geral, gastam muito e gastam mal. Os gastos com a máquina pública continuam crescendo e, para bancar esses gastos, o Governo continua elevando a carga tributária. Precisamos desonerar a sociedade e o setor produtivo nacional.

Temos de promover as reformas previdenciária e trabalhista. O déficit da Previdência tende a se elevar. Temos uma regulação trabalhista ainda muito pouco flexível e que remonta à era Vargas, desde a década de 40.

Certa vez, na Câmara, em um debate, eu dizia a um colega que se mantinha nos padrões da esquerda tal como ele a via – uma esquerda que, de tão esquerda, virou direita porque não acompanhou as mudanças que o Brasil sugeria e que o Brasil exigia. Eu dizia a ele: “Eu não tenho nenhuma dúvida” – eu clamava pela reforma trabalhista – “de que, se o Presidente Vargas fosse Deputado como nós, o Presidente Vargas, lúcido como era, capaz de antever o seu tempo, o Presidente Vargas votaria a favor da mudança das leis que ele criara lá atrás e que podem ter tido cabimento lá atrás; não têm cabimento nos dias de hoje, e Getúlio Vargas

estaria conosco”. O moço quase que teve uma síncope, e eu quase que sou responsável por um falecimento, por um óbito num debate parlamentar.

Mas eu repito, aqui, a minha homenagem a Vargas. Vargas era tão capaz, foi um estadista. E o seu Governo não foi um governo, foi uma era. Eu duvido que ele não se antenasse com o seu tempo e não propusesse, ele próprio, a alteração profunda das leis trabalhistas que, hoje, emperram a perspectiva de se ampliar a oferta de empregos e dificultam a perspectiva de se dar mais agilidade e mais competitividade à economia brasileira.

Precisamos avançar no aprimoramento dos marcos regulatórios do País. Os investidores necessitam de segurança jurídica e de garantias de que seus contratos serão cumpridos e de que seus investimentos não sofrerão retrocessos.

Temos que enfrentar os problemas sociais sérios que nos são apresentados, cotidianamente, como a violência, a criminalidade, a saúde pública e a educação precária – precaríssima até. Enfim, ainda vivemos num País muito injusto.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados – com ênfase para os dois jovens que ali estão e que sei que são filhos do Fritsch e eu saúdo a sua esposa do meu modo –, a verdade é que a vida brasileira mudou, e mudou para melhor. O Brasil ganhou o contorno de algo que é uma sucessão de fatos que vão nos levando para frente.

Eu volto, então, a registrar méritos do Governo Lula. Aliás, estranho muito. Se houve falha nossa, se não convidamos o Presidente Lula, foi uma brutal grosseria do Senado e do Congresso Nacional. Eu suponho que o Presidente Lula deveria estar aqui, afinal de contas, ele tem parte no êxito da economia brasileira. Deve ter havido algum erro de cerimonial, porque duvido que Sua Excelência, que não perde evento nenhum, perdesse justamente este, que é um evento tão relevante para o êxito do seu Governo e para a vida deste País. Mas, se faz falta o Presidente Lula, não é por isso que eu vou deixar de reconhecer-lhe o mérito de renegar todo o seu passado, renegar todo o seu discurso, renegar toda uma vida combativa, uma vida que o levou ao cárcere, uma vida que o levou a processo por Lei de Segurança Nacional, mas renegou toda aquela vida, todo o discurso – esta vida ele não tem que renegar, que é uma vida muito bonita, tem uma trajetória belíssima. Aliás, o Brasil viveu um momento muito bonito: um sociólogo ilustre, de renome internacional, substituído pelo maior líder sindical que o Brasil já teve. Uma sucessão belíssima, portanto, a que se passou de Fernando Henrique para Lula, e eu espero que seja algo brilhante daqui para frente também.

Mas o fato é que Lula, com muita lucidez, na sua *Carta aos Brasileiros*, renegou tudo que ele falava a respeito de economia, e essa foi a incoerência que mais fortemente aplaudi ao longo da minha vida. Eu prezo a coerência acima de tudo, mas essa incoerência eu aplaudi, porque a coerência, se mantida, teria prejudicado enormemente o País e teria, quem sabe, destruído aquilo que nós havíamos construído com tanto sacrifício nos primeiros oito anos da tentativa vitoriosa de estabilização da moeda e da economia brasileiras.

Portanto, teve mérito o Presidente ao optar por romper com o passado de idéias econômicas equivocadas e adotar com força e com ênfase o plano que herdara, dar continuidade às coisas boas que recebera e, assim, credenciar-se a ser o Presidente popular que hoje é e que, portanto, merece que aqui registremos o seu valor também.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, podemos afirmar com toda certeza que o País mudou. Ainda há muito que fazer – eu repito – a construção do País é um processo ainda em andamento. As reformas estruturantes, tão necessárias, encontram hoje condições favoráveis que lá atrás foram plantadas pelo Real. Cabe a este Governo que aí está e aos próximos encarar esse desafio.

Mas o Real veio para ficar, e essa homenagem tão bonita e tão bem compreendida por todos que aqui acorreram, ela mostra que há dois brasis: um Brasil de antes do Real, meu prezado Velloso Lucas, e um Brasil depois do Real. E o Brasil depois do Real não dá para trás, porque ele está fadado, a partir da estabilidade da economia, da inflação controlada, das reformas já feitas e das reformas que virão, ele está fadado a obter o êxito que o levará a se transformar numa potência econômica de primeiro nível nos próximos 20 ou 30 anos da vida e, se Deus quiser, todos ainda viveremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, pela Liderança do DEM.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA.

Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Exm^o Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exm^o Deputado Michel Temer; Presidente da República Federativa do Brasil, de 1995 a 2003, Exm^o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que, como Ministro da Fazenda, foi responsável pela equipe que concebeu o Plano e, como Presidente, responsável pela implantação de todas as medidas necessárias para consolidá-lo; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exm^o Ministro

Gilmar Mendes; primeiro signatário desta sessão de homenagem na Câmara dos Deputados, Exm^o Deputado Federal José Aníbal; primeiro signatário desta sessão de homenagem no Senado Federal, Exm^o Senador Arthur Virgílio; Exm^o Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Exm^a Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; Exm^o Governador do Estado de Roraima, José Anchieta Júnior; senhoras e senhores, a melhor maneira de avaliar a importância do Plano Real é imaginar o que teriam sido esses últimos quinze anos se o País ainda convivesse cotidianamente com as contingências da superinflação.

Nós, do Democratas, ao comemorarmos esses quinze anos do Real e ao fazermos essa retrospectiva, nos orgulhamos do apoio leal e do engajamento resolutivo de nosso Partido – então PFL – a todas as iniciativas que levaram à sua adoção. Inclusive, aqui, eu quero fazer uma homenagem a um Membro do Partido, o Senador Marco Maciel, que era, à época, Vice-Presidente da República e que participou ativamente de todo esse período importante da nossa economia.

O Brasil era, naquele tempo, um País agrilhado ao presente, esmorecido, a contar décadas perdidas, incapaz de planejar, de estruturar-se, de arremeter os olhos para o futuro e de enfrentar seus dilemas fundamentais.

A nossa incapacidade de estabelecermos uma moeda estável sintetizava a nossa falta de rumos.

Sr. Presidente, a inflação elevada e persistente tem, sobre os países, efeitos semelhantes aos da obsessão sobre os indivíduos, pois drena as energias e a atenção da nação para tarefas triviais e repetitivas e a arrasta para conflitos circulares e insolúveis, impedindo que a criatividade e a capacidade de trabalho dos cidadãos se convertam em desenvolvimento econômico e bem-estar social.

O Brasil de antes do Real passava dias e noites obcecado por percentuais, a monitorar contas remuneradas, a se perder em disputas salariais, em contendas jurídicas e em inesgotáveis pleitos por reposições e reajustes. Ninguém saía do lugar. No máximo, andávamos em círculos.

Todos os ganhos que o Brasil acumulou desde então – integração à economia global, aumento da produtividade, crescimento econômico sustentável e aumento do consumo pelos mais pobres – estão de alguma forma relacionados ao sucesso do Plano Real.

Sr. Presidente, a moeda estável é um bem público insubstituível. E essa noção, que os brasileiros incorporaram depois de uma longa e penosa convivência forçada com a inflação, agora impregna a mentalidade de todos nós. Faz parte da consciência nacional.

No Brasil pós-Real, a intolerância com a inflação não é um ideia elitista. A importância da estabilidade monetária não é uma tese acadêmica, mas uma crença viva, partilhada por todos os estratos da população. Todo brasileiro sabe do poder destrutivo da inflação, como ela corrói seu salário, seus sonhos, sua paz e o futuro de seus filhos.

A moeda estável é quem sincroniza o funcionamento dos sistemas jurídico e econômico das sociedades de mercado.

Na ausência de moeda estável, por mais minuciosos que sejam os contratos, eles sempre serão ineficazes para dar segurança às partes e para gerar expectativas confiáveis em um período de tempo razoavelmente longo. É por isso que, sob alta inflação, as pessoas se refugiam no curto prazo, estabelecem padrões rudimentares de relacionamento econômico e, por consequência, adotam arranjos produtivos pouco sofisticados. O ambiente viciado em que campeia a alta inflação é hostil ao florescimento de negócios de longo prazo e ao uso de tecnologias e processos mais eficientes.

O Plano Real, por ter obtido e consolidado a estabilidade monetária, foi, sem dúvida, o fato econômico mais importante do último quarto de século no Brasil, resultado da feliz confluência de inúmeros fatores objetivos e subjetivos: o destemor do Presidente Itamar Franco; a visão estratégica do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso; a inteligência e experiência de acadêmicos e técnicos que o conceberam e implantaram; a maturidade já atingida naquele momento pelos atores políticos relevantes, prontos que estavam a aceitar os custos indispensáveis para a obtenção da estabilidade monetária; e, principalmente, a persistência da sociedade, convencida que estava da necessidade de dar fim ao processo inflacionário que acometia por décadas a economia, e que não perdeu a fé, mesmo tendo percorrido, havia poucos anos, um calvário de tentativas malogradas de derrotar a inflação.

Mas não paro por aqui, Sr. Presidente.

Houve ainda relevantes ações institucionais antecedentes. E é preciso mencioná-las, não por preciosismo técnico, mas porque é necessário entendermos o processo de implantação do Plano Real como uma linha de continuidade de uma visão do mundo que veio se consolidando no Brasil.

Não sou daqueles que imagina que a história começa do zero. Não acredito em “*Nunca antes neste País*”.

Mesmo reconhecendo toda criatividade envolvida na sua concepção e a maestria política com que foi conduzida cada etapa de sua implantação, o Plano Real foi a continuidade e talvez o momento decisivo

de um processo. Mais que recriar e estabilizar a moeda nacional, ele redesenhou a estrutura da economia brasileira e marcou a ruptura do País com antigos hábitos mentais.

Por meio do Plano Real, o Brasil optou, de vez, pelas instituições em detrimento do voluntarismo e impôs a prevalência do planejamento sobre o improviso. O Real significou um ponto de inflexão. Dali em diante, não haveria mais reversão. Naquele julho de 1994, quando houve a emissão das cédulas do Real, o Brasil fez um compromisso simbólico e irreversível com a realidade.

Mas, se é assim, que fatos anteriores ao Plano Real já traziam a sua marca, a sua visão do mundo?

No Governo do Presidente Sarney, tivemos a criação da Secretaria do Tesouro Nacional e o fim da chamada conta-movimento do Banco do Brasil, duas importantes medidas da construção institucional no Brasil.

O fim da conta-movimento eliminou um canal de desorganização do Orçamento, pois, a partir de então, o Governo deixou de contar com um mecanismo extra-orçamentário – e inflacionário – de financiamento.

Tão importante quanto o fim da conta-movimento foi o advento da Secretaria do Tesouro Nacional, que permitiu o início da gestão planejada e consistente da dívida pública, ao criar uma instância burocrática altamente especializada para assumir essa tarefa. Em tempo oportuno, a gestão da dívida pública pôde ser transferida do Banco Central para a Secretaria do Tesouro.

Poucos avaliaram corretamente o alcance dessas medidas tomadas pelo Presidente Sarney, mas elas foram o início de um amplo processo de reorganização institucional, que incluiu um enxugamento de atribuições do Banco Central.

Essa redefinição de objetivos do Banco Central – por exemplo, com o fim das suas operações de fomento e com a transferência da administração da dívida para a Secretaria do Tesouro – foi o que permitiu que a instituição pudesse se concentrar nas funções clássicas dos bancos centrais. O aumento da capacidade de gestão do Bacen, decorrente daquelas medidas, é demonstrado pela instituição no exímio manejo que tem do regime de metas de inflação.

Sr. Presidente, a introdução da URV (Unidade Real de Valor), ainda em março de 94, pode ser considerada o núcleo do Plano Real. A URV foi o embrião da nova moeda, que seria lançada sob a forma de cédulas em julho daquele ano. A criação da URV foi um expediente magistral para lidar com a chamada inflação inercial. Permitiu que, no período de março a junho, os preços de todos os bens e serviços fossem

embarcando na nova moeda de maneira que não fosse necessário intervir nos contratos nem se utilizar de tablitais ou redutores, nem, ainda, disciplinar regras de transição para salários e demais remunerações.

A vigência da URV serviu para que todos os preços e contratos se deslocassem para um mesmo referencial. Quando todos chegaram nesse referencial, quando não havia mais defasagem entre os preços relativos, apesar de haver ainda indexação, deu-se o momento da substituição da moeda. Mas, diferentemente das experiências com os planos anteriores, não havia distorções entre os preços relativos: a URV já tinha tratado de ajustá-los naqueles quatro meses de preparação. É em razão desse mecanismo incrivelmente engenhoso que o Real não deixou contenciosos jurídicos e permitiu que o País se concentrasse nas questões de fato relevantes.

A adoção de uma banda cambial deslizante, associada a uma política monetária restritiva, que garantia o influxo de dívidas externas, garantiu a consistência macroeconômica das medidas.

Outra medida relevante do Plano Real foi a introdução do Fundo Social de Emergência, que desvinculou parte das receitas da União, fazendo com que o excesso de gastos não comprometesse, pelo flanco fiscal, o sucesso do Plano.

Um desdobramento natural do Plano Real foi o fim das receitas de *floating* das instituições financeiras, aquele dinheiro dos depósitos à vista cujo custo de captação é nulo e que, em ambiente de alta inflação, gerava ganhos expressivos para os bancos.

No contexto de descontrole inflacionário, nosso sistema financeiro tinha bolsões de ineficiência que ficaram evidenciadas com o fim da inflação. Além disso, a política monetária mais restritiva que se seguiu foi um fator a mais de pressão sobre os bancos menos competitivos e menos capitalizados.

O Proer foi o instrumento utilizado pelo Governo para sanear o sistema e impedir uma crise sistêmica. Como demonstrou a recente crise financeira internacional, o custo da quebra de instituições importantes é muito maior que as despesas para seu saneamento e a venda dos ativos saudáveis para instituições capitalizadas. O total já gasto nos Estados Unidos para sanear seus bancos – que alguns estimam em mais de US\$1 trilhão – dá idéia da economicidade do Proer, cujo custo total não ultrapassou os R\$16 bilhões.

Deveria servir de lição a muitos a lembrança de como programas tão importantes, hoje vitoriosos, contaram com oposição feroz; de como foi difícil implantar o Real, vencendo incompreensões e bravatas. Assim como devem servir de ensinamento a habilidade po-

lítica, a clareza de ideias e a firmeza de rumos que nortearam sua implantação.

É por isso que afirmo: o Plano Real não foi um mero conjunto de medidas de desindexação. Ele trazia uma visão de mundo. Uma visão de mundo que hoje foi adotada por todas as forças políticas do Brasil. Mas nem sempre foi assim.

Junto com o Plano Real, veio a proposta clara para resolver o problema institucional de um federalismo que permitia, na prática, a cada Estado, por meios de seus bancos estaduais, emitir moeda. Cada banco estadual era uma espécie de minibanco central sem controle. Por isso, a desestatização do setor bancário estadual, um acordo político sem precedentes, avaliado em perspectiva histórica, será visto como um grande momento da evolução institucional brasileira.

Seria impossível a manutenção da estabilidade monetária se tivesse sido mantida aquela situação em que cada Estado da Federação detinha a prerrogativa de emissão implícita de moeda, ainda que não formalmente.

De igual modo, o processo de renegociação das dívidas estaduais, ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, foi uma revolução no trato das questões financeiras no âmbito federativo.

Era dramática a situação das finanças estaduais e de grandes Municípios na segunda metade dos anos 90, com dívidas impagáveis, emissão descontrolada de títulos, inviabilidade financeira, colapso iminente das administrações.

Em outra demonstração de sua capacidade de superar impasses, o Presidente Fernando Henrique Cardoso conduziu o redesenho do modelo federativo das finanças estaduais, não por imposição, mas por adesão.

O modelo de renegociação adotado garantiu a solvência imediata dos Estados e Municípios que estavam à beira do colapso e, ao mesmo tempo, criou a disciplina financeira que hoje permite a geração compartilhada de superávits primários do setor público consolidado.

Como se vê, nessa primeira fase, nos quatro primeiros anos do Plano Real, de 1994 a 1998, foi adotado um conjunto de medidas monetárias, fiscais, cambiais, financeiras, institucionais e de redesenho das relações federativas.

Isso era tudo? Isso era suficiente?

Não. Isso não era suficiente. Ainda havia muito por fazer, apesar da grandeza do que já havia sido feito.

O prosseguimento do Plano Real impunha a correção de rumos. A âncora cambial tinha cumprido o seu papel, mas se tornara inadequada. Por seu turno, a estratégia de desvinculação e expansão da receita

tributária começava a atingir seus limites. Era preciso alterar a equação macroeconômica.

Isso foi feito com a introdução do regime de metas de inflação, do câmbio flutuante e da política de obtenção continuada de superávits primários, de forma a estabilizar a relação entre dívida líquida do setor público e PIB.

A função da política monetária passou a ser não mais atrair capitais externos, mas coordenar as expectativas para convergir a inflação a um nível definido pelo Conselho Monetário Nacional.

A função do câmbio deixou de ser a sustentação do nível de preços – tarefa agora atribuída ao regime de metas – e passou a ser a garantia do equilíbrio externo. Em caso de redução do nível de reservas, o câmbio sofreria depreciação e produziria superávits de conta corrente, vindos especialmente da balança comercial. Em caso de influxo excessivo de divisas, a apreciação do câmbio reduziria o resultado da conta corrente e produziria automaticamente o ajuste externo.

Sr. Presidente, o sucesso do regime de metas inflacionárias com câmbio flutuante, associado à obtenção contínua de superávits primários, é inegável. Foi uma fórmula tão bem-sucedida, que, apesar da alternância de poder ocorrida em 2003, não foi alterada.

Quando fazemos essa retrospectiva do Plano Real – e, por justiça, quando traçamos sua genealogia, recuando ao Governo Sarney, no ano de 1986, com o fim da conta-movimento, a criação da Secretaria do Tesouro Nacional e o início da racionalização da estrutura do Banco Central –, temos a clara visão de uma obra que sobreviveu aos testes do tempo.

Srs. Congressistas, como disse no início deste pronunciamento, um país que convive com a inflação se comporta como uma pessoa obsessiva: é incapaz de produzir, de resolver seus impasses e de se lançar no futuro.

E qual é o grande impasse do Brasil? É a miséria que aflige boa parte de sua população.

Sucedi, nesta Casa, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Meu pai teve participação ativa em todos esses eventos que estou aqui descrevendo e avaliando. Esteve sempre presente como aliado das forças que implantaram e conduziram o Plano Real e foi autor do que viria a ser a Emenda à Constituição nº 31, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Vejo esse fundo como a institucionalização das várias iniciativas de modernização da assistência social no Brasil, iniciativas essas que também não começaram ontem.

Tivemos a experiência exitosa do programa Comunidade Solidária, um modelo de assistência que, em

sua concepção mesma, procurava romper com a ideia de assistência social como favor de padrinho político.

À frente dessa iniciativa tão inovadora estava a figura inesquecível de Ruth Cardoso – operosa, discreta, assertiva, moderna, avessa à política como espetáculo –, daí que raramente os brasileiros a tenhamos identificado com seu papel cerimonial de primeira-dama.

Ruth Cardoso, ao criar e implementar o Comunidade Solidária, inaugurou, na prática e sem alarde, um novo conceito de assistência social: dever compartilhado do Estado e da sociedade.

Então, Sr. Presidente, voltando ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, os recursos hoje disponíveis para consecução das políticas sociais são derivados de toda a estruturação do Estado e da economia brasileira promovida pelo Plano Real.

Senhores, não há salvadores da Pátria, não há magia. É preciso acabar com a mistificação. É preciso sempre recontar a história com todas as suas minúcias e nuances: este País não começou ontem.

A estabilidade econômica, o equilíbrio das contas públicas em todos os níveis, a resiliência da economia brasileira frente aos choques externos, a capacidade de o Governo conduzir políticas sociais maciças, tudo isso tem uma base construída a duras penas.

A duras penas e sob oposição ferrenha e cruel, até mesmo em momentos críticos.

É bom que o País tenha amadurecido e tenha evoluído. Questões que antes dividiam o cenário político hoje são consensuais. Isso é bom.

Como já disse, Sr. Presidente, acredito que essa mudança de hábitos mentais seja uma das grandes vitórias do Plano Real. Seus postulados foram adotados mesmo pelos adversários de então e que, hoje no poder, são seus beneficiários: a superioridade das boas instituições em relação ao voluntarismo político; a inexistência de contradição entre responsabilidade fiscal e desenvolvimento econômico; a separação entre preservação do sistema financeiro e interesses privados de acionistas de instituições; o compromisso com a responsabilidade fiscal estendido aos três níveis de Governo; a separação dos fluxos monetários e orçamentários; a execução dos gastos sociais dentro do regime de responsabilidade fiscal.

Sr. Presidente, já se passaram 15 anos daquela data memorável, momento em que, como disse, o Brasil fez um pacto irreversível com a realidade. Mas é preciso revitalizar o campo das ideias. É preciso inovar!

Em meio à crise econômica internacional, o Brasil vem tendo uma recuperação muito tímida. China e Índia ostentam invejáveis índices de crescimento econômico, mesmo considerando o forte declínio do comércio internacional.

O Governo precisa reconsiderar sua política de expansão contínua de gastos de custeio. O investimento patina, apesar de toda a propaganda em torno do PAC, que, a esta altura, é pouco mais que um *slogan* vazio. Até mesmo o superávit das estatais está sendo usado para financiar gastos correntes, reduzindo-se a capacidade de investimento dessas empresas.

Seria aconselhável retomar a proposta de déficit nominal zero, não imediatamente, já que a presente conjuntura reclama mesmo uma política anticíclica.

De todo modo, é necessário que haja uma conversão na filosofia do Governo: menos gastos de custeio permanentes, mais gastos de investimento, pois somente esses últimos garantem o aumento da capacidade produtiva no longo prazo e, portanto, sustentam o crescimento econômico.

Os anos recentes premiam o Brasil com uma grande oportunidade: comércio internacional em crescimento, elevação dos preços das *commodities* e desempenho excepcional do agronegócio.

O novo ambiente internacional, entretanto, exige mudanças. O Brasil precisa tornar sua estrutura de gastos públicos compatível com sua capacidade de arrecadação. Ou faz isso, ou continuará apresentando baixo nível de investimento, infraestrutura obsoleta e taxas de juros incompatíveis com crescimento acelerado e contínuo. O crescimento do gasto estéril não poderá mais ser acomodado com elevações da carga tributária. Esse tempo já passou.

Após o Plano Real, o Brasil fez um pacto irreversível com a realidade: não aceita mais hesitações e engodos, nem acredita mais em fórmulas mágicas. É preciso reduzir os gastos correntes como proporção do PIB e aumentar o investimento público produtivo.

Neste momento em que nós do Democratas prestamos uma homenagem a todos os que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a estabilidade duradoura da moeda no Brasil, também não hesitamos em alertar o Governo para a necessidade de correção de rumos em sua política de gastos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Otávio Leite, pela Liderança da Minoria no Congresso Nacional.

O SR. OTÁVIO LEITE (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminentíssimos Presidentes, Senador José Sarney e Deputado Michel Temer; eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso; Ministro Gilmar Mendes, Presidente do STF; Deputado José Aníbal; minha Governadora Yeda Crusius; Governador Aécio; Governador Anchieta; nosso Líder Arthur Virgílio, honra de todos nós, tucanos; minhas senhoras e meus senhores, queria saudar os

vários artífices, cujas mentes iluminadas providenciaram, em bom tempo na nossa história, a oportunidade de experimentarmos um conjunto de providências que estão aí consolidadas e que são, além de vários feitos históricos outros, dignos de registro, afinal, ali, com o advento do Plano Real, edificaram-se, podemos dizer, as bases que fundamentam o ambiente macroeconômico brasileiro.

Em primeiro lugar, o declínio da inflação proporcionou um ganho concreto para milhares de trabalhadores brasileiros, que tiveram a possibilidade de viver em circunstâncias de consumo até então jamais experimentadas por conta dessa cruel vilã, a inflação, que, todos os meses, adentrava diretamente no bolso da família trabalhadora, diminuindo a sua capacidade de consumo.

Talvez a queda da inflação, associada ao advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tenha produzido, naquela química econômica, o melhor dos efeitos para permitir que o Estado brasileiro pudesse disponibilizar de uma capacidade de investimento, uma capacidade maior de enfrentamento dos desafios que estão sempre a nos provocar. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe ao Poder Público também a capacidade de dar respostas concretas, e, sem recursos; tudo vira discurso, tudo vira blá-blá-blá, como se diz.

Portanto, a ideia da poupança pública como algo a ser perseguido, perseverando-se permanentemente, foi patrocinada e possibilitada a partir do ano 2000 com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quisérá-mos nós, brasileiros, que tivesse vindo 20 anos antes; a saúde financeira da União, dos Estados, dos Municípios seria outra. Mas, antes tarde do que nunca.

Não apenas isso. Todas essas providências que foram exitosas permitiram que o País pudesse dar mais respostas no nosso ambiente interno e também no contexto internacional, quando o Brasil passou a viver uma perspectiva e uma respeitabilidade até então não verificadas.

Não obstante, prosseguindo nessa esteira de raciocínio, no que diz respeito à capacidade de investimento do Poder Público, o que se observa na concatenação dos governos que vieram, enfim, das situações que viveram, anteriormente mais difíceis do que as que mais recentemente o País tem a viver, o fato é que nós não verificamos nenhum ingrediente importante, do ponto de vista da inovação tecnológica macroeconômica, que foi aduzido. Pelo contrário, verificamos, sim, o respeito a fundamentos, como me referi no início, que são a base da construção de uma democracia econômica e de uma capacidade de gestão do Estado brasileiro, que, antes do Plano Real,

seguia desenfreada por um caminho, cada vez mais, em declínio.

Não observamos, também nessa etapa, nenhuma indicação do ponto de vista do discurso e da prática – e a prática é o critério da verdade – do que eram as bandeiras apregoadas pelos adversários, que foram oposicionistas ao Plano Real ao tempo da eleição, e o que se fez na prática. Eu quero dizer o seguinte: eu não tenho ciência de nenhuma re-estatização de nenhuma empresa pública; eu não tenho ciência de uma estatização de serviço novo. Não tenho ciência. Pelo contrário, eu tenho números que afiançam uma série de êxitos e vitórias alcançados por conta de políticas públicas empreendidas no campo do Plano Real.

Há desafios muito sérios que, a meu ver, as nossas contas precisam, de alguma maneira, contemplar. Permita-me a ousadia, mas nós vivemos uma realidade em que os aposentados brasileiros precisam de algum tipo de mecanismo que possibilite uma recuperação salarial de seus proventos.

Os aposentados são hoje arrimos de família e são hoje, na maioria das vezes, pessoas que sustentam muitas e muitas outras pessoas.

O fato é que nós estamos diante de um instante importante; é preciso reverenciá-lo. São vitórias alcançadas, mas, ao tempo em que nos transmitem informações, valorosos ensinamentos, o que importa é o futuro. É o futuro adiante que nos anima; ele é nosso amigo, ele é nosso companheiro; está ao nosso lado. É ele que, de alguma forma, nos move e sobre ele nós devemos, tantos quantos aqui estão, contribuir para que ele seja melhor para o povo brasileiro.

Já houve o fantasma da inflação; já houve, enfim, essa preocupação do monstro que invadia a casa dos trabalhadores. Agora, é uma questão de avançar rumo a uma maior distribuição de renda, a cada vez permitir que o Governo tenha condições de investimento em detrimento de gastos correntes. O fato é que nós precisamos, nesse instante, fazer não apenas um momento de reflexão e de aplauso a tantos quantos contribuíram para o êxito do Plano Real, mas fazer dessa herança histórica, digna do importante registro dessa quadra civilizatória, como algo que signifique fonte de inspiração para lutarmos por uma sociedade mais justa e mais igual no futuro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, pela Liderança do PP.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Governador Aécio Neves, Governadora Yeda Crusius, Governador José

Anchieta, Líder Arthur Virgílio, meu caro Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu considero uma honra muito grande para o Senado receber V. Ex^a no dia em que se comemora mais um aniversário do Plano Real. Eu tive o privilégio de ser Ministro de V. Ex^a durante duas vezes e sou testemunha do seu espírito público, do seu patriotismo, da sua preocupação permanente com todos os assuntos que envolvem o País. V. Ex^a imprimiu, Sr. Presidente, a mais profunda reforma do Estado que o País já conheceu em toda a sua história. Alguns tópicos dessa reforma têm sido, muitas vezes, analisados, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, que levou Estados e Municípios àquela noção de que, sem finanças públicas bem administradas, era impossível ter um processo de desenvolvimento; as metas de inflação, que mostraram à sociedade o perigo da inflação para as classes menos favorecidas; as modificações da política de comunicações, que eliminaram um ponto de estrangulamento enorme que dificultava o processo de estrangulamento.

Todavia, existe um ponto, Sr. Presidente, para o qual a atenção tem sido pouco chamada, e eu considero uma das mais importantes reformas que V. Ex^a imprimiu. Nós tínhamos no País, Sr. Presidente, mais de vinte bancos que emitiam moeda; nós tínhamos no País mais de vinte bancos que utilizavam os depósitos que tomavam de todos os correntistas e emprestavam aos seus controladores, no caso o Estado ou empresas que pertenciam a esses Estados; e, mais, tinham que forjar lucros fictícios para transferir recursos para Estados e aumentar as despesas públicas. E quando se fechou a possibilidade de um banco fazer empréstimos ao seu Estado controlador, nós tivemos as operações cruzadas, em que o banco de um Estado emprestava dinheiro ao governo de outro e vice-versa.

Sr. Presidente, eu vou contar a V. Ex^a e aos aqui presentes uma situação. Determinado momento, o Banerj anunciou um grande lucro e uma grande distribuição de dividendos. Eu analisei o balanço do Banerj e verifiquei que grande parte dos seus ativos era constituída de títulos do metrô do Rio de Janeiro. O valor nominal era de 1, o valor de mercado era de 0,00001 e o valor contábil era 20 ou 30. Então, o que acontecia? Dentro de um processo de indexação, esses bancos corrigiam os seus ativos. Na realidade, através de uma conta de correção monetária, jogavam no resultado e produziam lucro fictício. As empresas de auditoria não viam, e esses próprios bancos tomavam empréstimos com base num lucro que não tinham. E o que faziam? Numa segunda parte, distribuíam dividendos fictícios aos Estados que os controlavam.

Sr. Presidente, eu, naquela época, apresentei um projeto de lei proibindo essa distribuição de lucros

fictícios. Foi aprovado. Num determinado momento, Presidente, no mês de junho, eu recebi um telefonema do Presidente do Banco do Brasil, dizendo: “Nós estamos numa situação muito difícil, porque o Banco do Brasil não vai poder distribuir lucro”. Eu falei: “Por quê?” “Porque o nosso lucro é fictício. Nós não temos lucro; o lucro do Banco do Brasil vem da correção de ativos de empresas falidas que ali estavam”.

Sr. Presidente, V. Ex^a conseguiu contornar essa situação, corrigir essa situação, privatizou os bancos estaduais e fechou todas essas manobras que levavam a ter mais de vinte bancos emitindo moeda. E, ao lado dessa medida, fez o Proer, que impediu houvesse uma quebra generalizada do sistema financeiro e que a poupança do brasileiro virasse pó.

Sr. Presidente, eu considero que a privatização dos bancos estatais foi uma das grandes reformas feitas por V. Ex^a e um dos pontos altos do Plano Real. E eu acho, Sr. Presidente, que é importante o conhecimento da história. Sem conhecimento da história, é difícil entender o presente e projetar o futuro.

Dias atrás, ouvi o Presidente da Casa da Moeda anunciar a constituição de um Museu da Moeda. Eu vou fazer uma sugestão a ele, Sr. Presidente: que ele, neste Museu da Moeda, dê um enfoque muito grande ao Plano Real e que coloque nas paredes todos aqueles artigos violentos que atacavam o Plano Real, que diziam que ele seria um caminho direto para a hiperinflação, que consideravam o Proer uma medida ultrapassada etc. Mas o tempo mostrou que foram essas reformas de V. Ex^a que seguraram o Brasil no momento de uma crise tão profunda.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Exm^o Sr. Professor e ex-Presidente da República em dois mandatos Fernando Henrique Cardoso; Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Michel Temer; Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes. Queria também saudar o Exm^o Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Aécio Neves; a Sr^a Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; o Governador do Estado de Roraima, José Anchieta Júnior. Estendo minha homenagem aos economistas que aqui se encontram e colaboradores do Plano Real, entre os quais gostaria de destacar a figura do ex-Ministro da Fazenda, Embaixador Rubens Ricupero. Saúdo aqui os Líderes do PSDB, José Aníbal, na Câmara

dos Deputados, Arthur Virgílio, no Senado Federal; o Líder José Agripino, Líder do Democratas. Faço uma saudação especial ao Senador Antonio Carlos Júnior, que aqui representou também o nosso Partido; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Stuart Mill, falecido em 1873, afirmou certa feita que toda nação que se preza não abre mão de três coisas: orgulho nacional, esperança coletiva e moeda estável. A nós brasileiros faltavam, até meados da década de 90, do século passado, os três valores.

Se hoje nós, brasileiros, vivemos em uma economia estável, em que todos, independentemente do nível de renda, podem planejar seus gastos, mesmo os de maior comprometimento – como, por exemplo, a compra de um automóvel e de uma casa própria –, sabendo que vão administrar suas receitas e despesas ao longo do tempo do financiamento, as classes de menor renda têm melhores condições de vida, com o poder de compra de seus ganhos preservado, sem a dissolução resultante do regressivíssimo imposto inflacionário. Isso possibilitou ao Governo pôr em execução – e essa tarefa se iniciou no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso –, programas de inclusão social, aí mencionando expressamente o Programa Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, cujo início se deu no Engenho Massangana, simbolicamente lugar onde viveu a sua infância Joaquim Nabuco, um dos grandes líderes abolicionistas do País.

Não podemos deixar de fazer uma referência ao trabalho da Dr^a Ruth Cardoso, que concebeu esses programas de inclusão social, contemplando de forma pioneira as parcelas da sociedade devido ao poder aquisitivo.

Um dos traços, Sr^{as}. e Srs. Senadores, mais claros de uma mudança cultural consolidada é o esquecimento da situação anterior, por mais duradoura que tenha sido. Esse feliz olvido é que torna útil recordá-la, quando celebramos os 15 anos do Plano Real.

Até meados da década de 90, a inflação era o grande problema macroeconômico do País. Com 15 anos de vida, o Real é o mais bem comportado de todos os oito padrões monetários que tivemos desde 1942, como lembrou em recente artigo o economista Gustavo Franco.

Felizmente, a experiência com os planos anteriores ao do Real não foi em vão: o País foi se conscientizando da impossibilidade de viver e progredir, social e economicamente, com inflação elevada.

Merecem destaques dois malefícios da inflação alta: o prejuízo ao crescimento econômico e o caráter concentrador da renda. Por um lado, a imprevisibilidade do futuro inibe os investimentos produtivos e em-

purra as empresas para o chamado “curtoprazismo”. Por outro lado, a falta de acesso dos pobres a mecanismos de proteção contra a inflação, pelo seu baixo acesso ao mercado financeiro, agravava, ao longo de cada mês, a já cronicamente injusta distribuição de renda nacional.

Foi-se consolidando, portanto, senhoras e senhores, a ideia a respeito da qual a inflação passa a ser reproduzida de um período para o seguinte.

É o que se chama, no bom “economês”, de inércia inflacionária: os agentes econômicos desenvolvem mecanismos de proteção contra a corrida dos custos, com preços e salários sendo corrigidos pela inflação passada, o que apenas a repassa, não a anula.

Com o diagnóstico feito, restava implementar a terapêutica.

O mérito da equipe que elaborou o Plano Real foi resolver este problema, o que fizeram de maneira criativa. A introdução da Unidade Real de Valor (URV), em fevereiro de 1994, transformada mais tarde na Lei 8.880, impôs a cotação em URV de todos os preços da economia, com o valor diariamente corrigido de acordo com a inflação do cruzeiro real, moeda corrente à época.

O período de transição para a plena adesão à URV como unidade de referência foi de quatro meses, de março a junho de 1994. Após a “urvização” da economia, passou sem trauma a substituição do cruzeiro real pelo real como meio de pagamento e a substituição da URV pelo real como unidade de referência a partir de 1º de julho de 1994. E é bom lembrar que essa passagem se deu sem nenhum trauma, mostrando que a sociedade brasileira se conscientizara da importância desse notável plano de estabilidade econômica e fiscal. Depois dos 47% em junho de 1994, a inflação do cruzeiro real cedeu lugar para a inflação de 5% do real em julho. Em 1995, a inflação anual foi de 15%, caindo para 9% no ano seguinte.

A fixação do dólar em 1 URV, por exemplo, permitiu que o real nascesse valendo US\$1,00, o que aumentou a credibilidade da nova moeda. Como o preço máximo do Real foi fixado em US\$1,00, a moeda nacional podia se valorizar frente ao dólar, mas não se desvalorizar.

No campo da política fiscal, o Plano Real previu a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), hoje Desvinculação das Receitas da União (DRU), por meio da Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de março de 1994. A desvinculação de verbas do orçamento permitiu direcionar recursos para o Fundo e deu margem ao Governo para gerir os gastos públicos. Essa medida era indispensável, pois a inflação ajudava a controlar as contas públicas pelo simples fato de

que as receitas do Governo eram mais protegidas da inflação do que os seus gastos, bastando protelar as despesas para reduzir sua importância em relação às receitas, asseguradas pela incapacidade, da maioria dos contribuintes, de adiar as prestações tributárias. No entanto, o ajuste definitivo das contas públicas só posteriormente receberia a devida ênfase.

Para sanear o sistema financeiro, foi concebido o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), uma das mais polêmicas providências adotadas no período e das mais eficazes, como se veria posteriormente.

Importa destacar não haver sido usado dinheiro do Orçamento Federal, prova da seriedade com que se administrou a crise sem transigir no que era essencial à estabilidade fiscal do País. Os recursos vieram da própria reserva bancária, num amplo programa que incluiu a federalização para posterior privatização de bancos estaduais, o refinanciamento das dívidas dos Estados e a emissão de títulos da dívida pública com cláusula de reajuste cambial.

Grandes desafios ainda estavam pela frente. De 1994 a 2001, a estabilidade da economia brasileira foi ameaçada por sérias crises internacionais. Se eu não estou equivocado, talvez o Presidente Fernando Henrique Cardoso possa esclarecer melhor isto, nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, no seu octoênio, em apenas dois anos, não tivemos crise estrangeira, crise externa, no ano de 1996 e no ano 2000. Isso significa dizer que o Governo foi extremamente hábil na operação dessas crises, de sorte que ela não compromettesse, como não veio a comprometer, o êxito do Plano Real.

Sr. Presidente, do mesmo modo, ainda que ao custo de desvalorização cambial e aumento da dívida pública o tripé – câmbio flutuante, ajuste fiscal e métodos de inflação – permitiu à economia brasileira resistir à desconfiança e à especulação financeira.

A conquista da sociedade com a aprovação, implementação e cumprimento – que foi muito importante – da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pela Lei Complementar nº 101, do ano 2000, permitiu, além do controle dos gastos, total transparência das ações dos agentes públicos e a adoção de medidas para cobrir os excessos.

Ao rememorar os 15 anos de sucesso do Plano Real, ainda é possível discutir se ele foi apenas um plano de estabilização ou foi algo mais amplo, envolvendo a reforma do Estado brasileiro. Qualquer que seja a resposta, o fato é que o Plano Real foi peça-chave de um conjunto amplo de mudanças realizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Naquele período, redefiniu-se o papel do Estado na econo-

mia, no sentido de torná-lo mais apto a garantir as condições necessárias à retomada do crescimento econômico sustentável. Assim, eliminaram-se as barreiras constitucionais à entrada do capital estrangeiro, desestatizou-se a economia, criaram-se as agências reguladoras, renegociaram-se as dívidas estaduais e municipais, reduziu-se o papel dos bancos estaduais e, muito importante, aprovou-se e vem sendo cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sem querer me alongar nessas considerações, diria, sem dificuldades, que certamente o programa permitiu uma ampla reforma do Estado brasileiro, criando condições, assim, para que o País se afirmasse, inclusive no campo internacional.

O papel da desestatização na garantia da estabilização da economia não pode ser desprezado. Inicialmente concentrada nos setores de petroquímica, siderurgia e fertilizantes, ganhou dinamismo no primeiro quadriênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a inclusão do setor de serviços.

A Companhia Vale do Rio Doce e o Sistema Telebrás marcaram o período mais intenso de privatizações. Ganharam também impulso os programas estaduais de privatização, com apoio da União.

O saldo total do Programa chegou a US\$106 bilhões, sendo US\$88 bilhões de receita de venda e US\$18 bilhões na forma de transferência de dívida. Desse total, US\$35 bilhões originaram-se dos programas estaduais.

Só no sistema Telebrás, em relação ao uso de telefones celulares, passamos de 2,7 milhões de terminais em 1999, para 157 milhões em maio de 2009. Não bastasse o serviço disponível para a população, gerou-se impostos da ordem de 41 bilhões de reais, somente em um ano fiscal.

Com a estabilização trazida pelo Plano Real, houve um agravamento de contas estaduais, a ponto de levar o Governo Federal, através da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a autorizar a consolidação, a assunção e o refinanciamento pela União da dívida pública de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, estendendo posteriormente o critério para as dívidas dos Municípios.

Uma das maiores conquistas decorrentes do Plano Real foi a premissa ética para a população brasileira que, acostumada com os altos índices inflacionários, não via o País com capacidade de crescimento, correndo a coesão social, principalmente nas classes menos favorecidas, com a redução de investimentos do Estado brasileiro nas áreas vitais de infraestrutura física, mas também na área de infraestrutura social, mormente no campo da educação e da saúde. O saldo total do Programa chegou a US\$106 bilhões, sendo

US\$88 bilhões de receita de venda e US\$18 bilhões na forma de transferência de dívida. Desse total, US\$35 bilhões originaram-se dos programas estaduais.

Só no sistema Telebrás, em relação ao uso de telefones celulares, passamos de 2,7 milhões de terminais em 1999, para 157 milhões em maio de 2009. Não bastasse o serviço disponível para a população, gerou-se impostos da ordem de 41 bilhões de reais, somente em um ano fiscal.

Sob certos aspectos, não podemos deixar de dizer que o Plano Real representou um grande resgate ético, criando condições para que o cidadão brasileiro pudesse desfrutar de melhores condições de vida e de bem-estar. A estabilidade econômica, assim, além de prover a possibilidade do crescimento sustentado, é o fundamento para a estabilidade política, sem a qual as sociedades não avançam na democracia.

Mais do que uma medida econômica, o Plano Real constituiu uma mudança institucional e cultural, uma guinada em nossos costumes diários e em nossas atitudes perante o futuro.

Por fim, ao comemorarmos os 15 anos do Plano Real, impõe-se também lembrar que, com a Constituição de 1988, o País foi reconduzido ao chamado Estado democrático de direito.

Acredito que o êxito do Plano Real, associado à promulgação de uma nova Constituição, contribuiu decisivamente, para que a imagem do País no exterior merecesse uma nova avaliação, sobretudo nesses tempos de intensa integração que vive o mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem a palavra o Senador José Agripino, Líder do DEM.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado e do Congresso, Senador José Sarney; Exmº Sr. ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que muito nos honra com o seu convívio; Governadores Yeda Crusius, Aécio Neves e Anchieta; meus companheiros líderes Arthur Virgílio e José Aníbal; Srs. Senadores; Srs. Convidados, falar a essa altura é repetitivo.

Acabamos de ouvir um discurso consistente e fundamentado do ex-Vice-Presidente Marco Maciel sobre os ganhos do Plano Real.

Presidente Fernando Henrique, fui governador duas vezes, de 1982 a 1986 e de 1990 a 1994 e lembro-me demais dos traumas que sofri no segundo governo, de 1990 a 1994. Era a época da hiperinflação.

Governadora Yeda, eu tinha, de três em três meses, carga de estresse concentrada: era a época da negociação dos reajustes salariais.

Em tempo de inflação alta, a economia anda à deriva. Ninguém tem confiança na arrecadação. Ninguém sabe o que vai ser a arrecadação do mês seguinte, mas um governador tem a obrigação de sentir o sofrimento principalmente daqueles que ganham menos. Com inflação de 10% ao mês, ao fim de três meses, a família que comprava três pães vai comprar perto de 2,5 pães. Perde a condição de comprar um frango por semana, de ter acesso às coisas mínimas da vida. Quem governa um Estado, como V. Exª, como o Senador, como o Governador Aécio, como o Governador Anchieta, tem obrigação de pensar pelos pobres. A inflação, para quem governa, é claramente o mais perverso dos impostos, porque é ela quem subtrai a capacidade de compra das pessoas. Por isso é que se chama “dragão da inflação”. Eu vivi isso. De três em três meses, eu tinha a obrigação de fazer o reajuste, que concedia sem saber se conseguiria pagar, para poder fazer justiça aos mais pobres, que são os condenados pela inflação.

Estamos hoje vivendo um momento de reflexão. Feliz a iniciativa do Senador Arthur Virgílio e do Deputado José Aníbal em pedir esta sessão especial, porque recordar é viver, e talvez as pessoas hoje nem deem tanta importância ao que foi o Plano Real.

Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu acho que a hora é de fazer justiça, falando a verdade. Quantos planos foram tentados antes de um dar certo? Oito. Qual foi o grande problema que V. Exª e o Presidente Itamar Franco enfrentaram? O descrédito da população: “O Plano Verão não deu certo, o Plano Bresser não deu certo, o Plano Cruzado deu problema, é mais um que foi lançado e que, talvez, não dê certo”. O maior dos problemas era conquistar a confiança da população. Foram tomadas medidas sérias, duras, consistentes, mas, para dar certo, é preciso que a população tenha a consciência de que dá certo.

Há uma coisa que foi muito importante e que, de tudo o que foi dito aqui, não foi salientado: Presidente Fernando Henrique, um plano como o Plano Real, para dar certo, ele não dá certo no primeiro ano. Ele dá certo com firmeza e com pertinácia, com uma equipe determinada a, com crise de México, crise de Rússia, crise de Ásia, enfrentar a crise e manter os seus pontos de vista, até dar certo.

E aí foram, graças a Deus, oito anos – passou a reeleição – de perseguição em torno de um objetivo que, finalmente, produziu os ganhos que os brasileiros mais pobres hoje exibem. Governadora Yeda, há brasileiro, hoje, que come iogurte e que, no tempo do Plano Real, não sabia nem o que era iogurte. Isso é uma conquista do Plano Real que, como disse o Se-

nador Marco Maciel, não foi apenas um plano econômico, foi uma mudança de atitude.

O Brasil mudou. Na medida em que a economia se estabilizou – porque o Plano Real deu certo, porque a inflação ficou sob controle –, nos primeiros anos do Plano Real, os 10% mais pobres do Brasil dobraram a renda. Esse foi o grande milagre do Plano Real. E aqui estão escudeiros importantes do sucesso, Ministro Ricupero, Dr. Edmar Bacha, Dr. Gustavo Franco, que, ao lado do Presidente Fernando Henrique, ao lado do ex-Presidente Itamar Franco, possibilitaram este presente ao povo do Brasil, que, na verdade, significou a porta aberta para um novo Brasil: o Brasil das privatizações, o Brasil das concessões.

Presidente Fernando Henrique, imagine só: em tempo de inflação de 10%, 20% ao mês, quem é que vai se interessar por privatização de sistema telefônico, sem saber se dá lucro ou não dá lucro? Quando se arranjam as contas... E, aqui, um merecimento especial ao Presidente Sarney: foi ele, quando Presidente da República – eu já disse isso algumas vezes –, quem acabou com a conta movimento e deu o primeiro grande passo no sentido da arrumação das finanças públicas, com o estabelecimento da Conta Única do Siafi.

Há uma história de coisas que foram acontecendo e há timoneiros, mas o grande timoneiro foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E é preciso que isso seja lembrado, para que as pessoas tenham o registro da história, porque se, em seguida, tentou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi outra grande arrumação que se deu no serviço público do Brasil, obrigando à responsabilidade dos entes federados, Estados e Municípios, isso foi decorrente da arrumação das contas públicas. Se o câmbio flutuante, se o superávit primário, se as metas de inflação foram coisas que foram acontecendo, foram decorrentes da economia que foi arranjada, produto de um combate exitoso à inflação.

E aí, ganhamos a guerra? Estamos longe! E o que fazer? Hoje é momento de reflexão, Senadora Lúcia Vânia. Hoje é dia de comemorar os 15 anos do Plano Real. Mas, na hora em que se faz a reflexão, faz-se a reflexão do futuro. Algumas etapas da guerra foram vencidas, mas, em nome da pertinácia, é preciso que se volte a atenção do Brasil para venenos que continuam a atuar, cicutas que estão nos envenenando: os gastos públicos descontrolados, a reforma tributária, que não foi feita, a reforma sindical e trabalhista, com que acenaram, e não aconteceu. A crise mundial a que o Brasil assiste hoje vai ensinar a que dê certo, no futuro, quem for competitivo. Quem não for malogra.

Nós fizemos parte daquilo que nos competia; cabe às gerações futuras fazer o que falta.

E aqui é hora de fazer o chamamento aos bons exemplos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixa ao Brasil como fundador e o ganhador do Plano Real. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente José Sarney, Sr. ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, quero saudar os Governadores Aécio Neves, Yeda Crusius e Anchieta Júnior, os Senadores Marconi Perillo e Arthur Virgílio e o Líder José Aníbal, da Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores, quero saudar, também, alguns economistas que aqui estão: Edmar Bacha, o ex-Ministro Rubens Ricupero, Gustavo Franco e Winston Fritsch – disseram-me que ele estava presente, não o estou vendo... Está aqui. Fiz questão de estar presente a esse evento. Acho que ele tem um significado muito importante e um significado que pode ser percorrido por dois caminhos, porque é inegável, para qualquer cidadão que suba a esta tribuna, reconhecer que, 15 anos depois, o Brasil mudou muito e mudou para melhor.

O Brasil, hoje, é um País que tem estabilidade, um País que tem as contas externas arrumadas, é um País que melhorou muito suas contas públicas, um País que conseguiu retomar um ritmo de crescimento muito melhor do que o ritmo anterior, um País que ganhou prestígio e reconhecimento internacional como poucas vezes, se é que nós os tivemos em algum momento da nossa história.

Mas há dois caminhos. Nossas lideranças do PSDB, do DEM e todos aqueles que se engajaram no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso podem reconhecer e valorizar a primeira parte desses 15 anos e não reconhecer, ou desconsiderar, a segunda parte, porque quase a metade desse período foi o Governo do Presidente Lula. Eu, sinceramente, acho que está na hora de darmos um salto de qualidade no debate político deste País. É muito difícil, na tentação do calor eleitoral, sobretudo quando estamos na oposição, o reconhecimento daquilo que foi bem feito.

Acho, no entanto, que precisaríamos evoluir politicamente, evoluir com o direito de ser oposição, como fui ao primeiro período dessa história, do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E fui um crítico duro à política econômica, um crítico que apontou alguns problemas e alguns questionamentos que eu sustento ainda hoje e outros que, seguramente, não tinham nenhuma procedência.

Acho, por exemplo, que houve um avanço muito grande na forma como o Plano Real desindexou a economia brasileira. A URV, que era um trabalho teórico de Pérsio Arida e André Lara Resende – que não estão aqui hoje, e quero render-lhes minhas homenagens –, um trabalho antigo, um instrumento de desindexação de você indexar todos os preços num único indexador e, quando tudo varia, com o mesmo indexador nada varia e, a partir daí, você desindexar sem recorrer ao congelamento, que era um instrumento desgastado, sem nenhuma possibilidade de viabilidade, foi um instrumento criativo, exitoso, que seguramente inspirará outras experiências de países que tenham atravessado um quadro de hiperinflação – e exitoso especialmente para um País que viveu a mais longa hiperinflação da história.

Evidentemente, o esforço fiscal que foi feito para tentar assegurar, junto com uma âncora cambial, que era indispensável no início daquele programa, foi decisivo para que a estabilidade se preservasse. Acho, no entanto, que nós erramos na política cambial, meu caro Gustavo Franco, com quem eu já pude dialogar sobre isso em outras circunstâncias.

Acho que, ao prolongarmos a âncora cambial, geramos um desequilíbrio nas contas externas que vulnerabilizou a estratégia de crescimento, de estabilidade e impôs uma dinâmica em que as privatizações, às vezes, foram entendidas como parte de uma política industrial e, às vezes, impostas pelas próprias circunstâncias, para você fechar as contas externas e as contas públicas. Isso não me parece que foi o melhor caminho, ainda que seja difícil a gente saber. *A posteriori*, é muito fácil a gente corrigir a história, mas, seguramente, não me parece que aquele seria o melhor caminho a ser percorrido naquelas circunstâncias.

No entanto, com a contribuição da estabilidade econômica, com a contribuição de alguns instrumentos institucionais importantes, em termos de disciplina das contas públicas, e, principalmente, após a crise da desvalorização do Real, em que tivemos o câmbio flutuante e a meta de inflação, criamos um alicerce importante para o Governo que chegava; ele chegava numa situação difícil, de crise das contas externas, de crise nas contas públicas, numa situação de imensa expectativa de mercados, agentes econômicos, mas, ao longo desses seis anos e meio, tivemos o papel decisivo de manter a estabilidade. Ao contrário do que se diz, desendividamos o Brasil externa e internamente. A dívida pública caiu de 59% do PIB para 37% do PIB; o perfil da dívida pública melhorou; praticamente, não temos mais títulos públicos indexados ao câmbio. Temos taxa de juros de um dígito. É verdade que eu mesmo acho que, em alguns momentos, o Banco

Central atrasou o processo, mas, no atacado, fez uma grande obra, que deu credibilidade ao Brasil, que deu estabilidade, que deu respeito, prestígio. Acumulamos mais de US\$200 bilhões em reservas cambiais numa política externa que fez uma inflexão importante, de buscar novos mercados, valorizar a integração latino-americana, de fortalecer o Mercosul, que é mais da metade do nosso superávit comercial.

Se olharmos, portanto, não apenas para a política externa, mas para as políticas sociais, veremos que alguma coisa começou no Governo anterior, é verdade, como o Bolsa Escola, mas aprofundamos a recuperação do salário-mínimo, que começou no Governo anterior, mas hoje temos uma regra permanente de valorização do salário-mínimo, que atinge 42 milhões de trabalhadores. Dezesete milhões e setecentos mil aposentados tiveram um crescimento real da renda de quase 40% nesses seis anos e já vinham se recuperando fortemente, especialmente no início do Plano Real, no Governo anterior.

O Bolsa Família ampliou o Bolsa Escola, agregou uma série de programas e fez um programa mais ousado, que atinge quase 12 milhões de pessoas, complementando a renda. E esse mercado interno forte, associado à queda dos juros, ao crédito consignado, às inovações na forma de financiamento, criou o mercado interno de massas, que está permitindo a maior distribuição de renda da história recente do Brasil – e da história do IBGE – nesses últimos cinco anos. E isso não seria possível se não tivéssemos herdado a estabilidade; não seria possível se tivéssemos um quadro de inflação; não seria possível se alguns alicerces não estivessem prontos para o Brasil poder aprofundar-se no combate à pobreza e tirar 17 milhões de pessoas da pobreza, como fizemos nesse período.

Por isso, reconhecendo que é difícil, na oposição, a gente ter o equilíbrio necessário para o debate qualificado, como tenho provocado desta tribuna, – e, seguramente não fomos os críticos mais equilibrados, como não o são hoje nossos críticos –, eu diria, com a serenidade e com o equilíbrio que deveria haver para se fazer o balanço do que está acontecendo com o Brasil hoje, que não sei se será possível mudar essa atitude e amadurecermos, ambos, para pensarmos o Brasil juntos, para reconhecemos, cada um, aquilo que foi feito – e bem feito; aquilo que precisava ser corrigido e aquilo que tem o carimbo, a autonomia e a contribuição de cada um para a história do Brasil.

Mas, seguramente, esses 15 anos têm que ser celebrados juntos.

Acho que faz falta, sim, encontro do Presidente Lula com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não só hoje. Acho que vocês precisariam dialogar

mais, conversar mais, pensar mais o Brasil juntos, trazer mais essa experiência rica de quem governou o Brasil oito anos, para ajudar a fazer este País o que ele começa a ser hoje.

Somos uma potência em ascensão, uma potência média que cresce, é abraçada e reconhecida pelo mundo como bem-vinda ao cenário das grandes nações, como são hoje os fóruns mais importantes. O Presidente não está aqui porque está no G8 e lutando pelo G20, que é uma democratização do espaço de decisão.

O Brasil, hoje, tem prestígio, reconhecimento internacional e credibilidade que começaram há 15 anos, mas que nosso Governo ajudou a fortalecer e com os quais contribuiu.

Portanto, parabéns pelos 15 anos! Uma parte importante desta história pertence especialmente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, e outra pertence ao Presidente Lula. Juntos, vocês fizeram um Brasil muito melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. Com revisão do orador.) – Quero comunicar ao Plenário que, por solicitação do Presidente Fernando Henrique e do Governador Aécio Neves, que têm hora para viajar, interromperemos a lista de oradores, que depois prosseguirá, para conceder a palavra à Governadora Yeda Crusius; depois, ao Governador Aécio Neves; e, depois, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Antes, porém, eu queria dizer que os 15 anos do Plano Real mostram como são curtos os anos quando eles são vistos pela história. O Plano Real é, hoje, iniciativa inteiramente incorporada à nossa vida cotidiana, que não conhece a inflação crônica nem os sustos da hiperinflação. É, nesse sentido, sem dúvida, uma libertação que vive o País.

Quero homenagear, hoje, o Plano Real pelos seus 15 anos, nas figuras do Presidente Itamar Franco, que fez um grande Governo, austero e de realizações, e que teve a iniciativa do Plano; bem como na de Fernando Henrique Cardoso, que soube incorporá-lo às nossas vidas e permitir um novo estágio de nossa história econômica.

Quero também registrar a grande satisfação que temos aqui pela presença dos Governadores Yeda Crusius, José Anchieta, de Roraima, e do grande Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que está fazendo uma administração que o projeta para o Brasil inteiro.

Desejo, ainda, fazer um elogio pessoal meu a todos os que participaram como técnicos do Plano Real na pessoa do Ministro Rubens Ricupero, por

quem tenho profunda admiração pelo grande talento que ele é.

Finalmente, quero fazer meu elogio pessoal ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que possui as virtudes de estadista e é uma figura humana cordial, prudente, pessoa de diálogo, além de grande talento como intelectual e como homem de letras. (*Palmas.*)

Quero, portanto, registrar meu apreço pessoal pelo Presidente Fernando Henrique.

Concedo a palavra à Governadora Yeda Crusius.

A SRA. YEDA CRUSIUS – Sr Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Exmº Sr. Senador José Sarney; Presidente da Câmara dos Deputados, aqui presente, Exmº Sr. Deputado Michel Temer; nosso querido Presidente da República Federativa do Brasil, de 1995 a 2002, Fernando Henrique Cardoso; José Aníbal, Deputado Federal, mentor, juntamente com o Senador Arthur Virgílio, desta sessão histórica; meu querido parceiro, Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; nosso querido parceiro, Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior; Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas; servidores desta Casa; imprensa que nos acompanha, as saudações são fundamentais, Senador Marconi Perillo, para que se registre, na data de hoje, a celebração de 15 anos. No entanto, há gênese e embrião nessa história. E a decisão de celebrar 15 anos de Real é madura, porque houve, no transcorrer de uma década que não lustrou, em termos de resultados, a história do Brasil, que foi a década dos anos 1980, o primeiro enfrentamento, sem dúvida, Senador José Sarney, da tentativa de olharmos as instituições e como elas não funcionavam, para que se desse o fundamento e a raiz para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais feliz.

Coube a V. Exª tomar a atitude corajosa de enfrentar aquilo que nós, economistas que vivíamos sob a liberdade da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, nossa Anpec, onde os debates se davam, formular alternativas para combater os desmandos de convivência de uma sociedade que resultava ser hiperinflacionária.

Aqui, eu vejo Gustavo Franco; Edmar Bacha; o Fritsch; já vi, andando por aí, porque não para, como não parava seu pai, André Franco Montoro Filho, que conosco compôs, em determinada função, o Governo Itamar Franco.

Coube, nos anos 80, em que o mundo se debatia na busca da sua história mais estável, que o Brasil pagasse um custo mais alto e V. Exª tivesse, antes de outros, de ter a coragem de decretar um plano, dois planos, quantos fossem necessários, para dar uma pa-

rada à corrida hiperinflacionária, que se manifestava sempre com muita rapidez.

Lembro – e dizia Edmar Bacha há minutos – que, no âmbito da Anpec, em novembro de 1984, nós fizemos um debate na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, ainda vivo Simonsen, e ali foram colocados modelos alternativos para debelar a hiperinflação. E por economistas, mas os economistas já sabiam que nada se faria se essa não fosse uma decisão política, e era através da política que se escolheria um modelo que viria a organizar a sociedade logo depois.

As condições não eram nem as melhores, nem se tinha muita sabedoria para que, ao primeiro plano, em fevereiro de 1985, se seguissem outros, até que, na minha geração, pude eu escolher, pela primeira vez – nova não era –, o primeiro Presidente pela forma da eleição direta. Isso logo depois de uma Constituição que mostrava que se criavam as circunstâncias e o momento para que o Estado democrático de direito começasse a fincar suas sementes e suas raízes, para colhermos, hoje, como colhemos, os melhores frutos da persistência, da determinação e da coragem do povo, que nós representamos de diversas maneiras ao longo desse tempo.

Durante o Governo Itamar Franco, montou-se uma equipe de cunho parlamentarista. E, aqui, vejo o Ministro Hargreaves, por intermédio de quem já mandei as recomendações ao nosso Presidente Itamar. Ali, foram gerados e alimentados embriões do que viria a ser, mais tarde, por exemplo, o Comunidade Solidária, liderado pela nossa Ruth Cardoso, que, junto com a estabilidade da moeda – não podiam andar diferentemente –, traziam a necessária estabilidade: a moeda, símbolo – como símbolos nacionais são moeda, hino e bandeira –, mas junto com isso a modernização do Estado e a transformação do financiamento das políticas sociais. Moeda estável permite financiar.

Ali, o embrião foi a Comissão de combate à fome, à miséria, conhecida, mais tarde, como Comissão do Betinho, que organizou a sociedade para a emergência da seca e da fome naquele período. Foi a maneira pela qual o Presidente Itamar juntou o Governo, que decidiu ser Governo a partir dos partidos políticos que haviam se somado à análise de que era preciso mudar a Presidência da República em 1992. E, ali, vieram se juntar situação e oposição, e se deu, na prática, esse debate que muitos pedem para que seja mais qualificado e altivo, entre situação e oposição. Ali, estava o embrião da segurança alimentar, mais tarde embrião crescido de comunidade solidária e comunidade ativa e, hoje, política social financiada pela estabilidade da moeda.

Portanto, vamos reconhecer gênese e embrião, sim, de um lado. De outro, Constituição mais eleições livres, mais a decisão política que foi levada a termo com a amplitude que lhe é dada como reconhecida ao Presidente Fernando Henrique Cardoso de mexer tudo ao mesmo tempo. Não eram apenas metas cambiais, inflacionárias; era, simplesmente, alimentar a população com o fato de que, em 1º de julho de 1994, se tornou visível: a população esperava usar o porta-níquel. A moeda se trocou rapidamente no Brasil inteiro, em cidades que tinham energia elétrica, cidades que não tinham, em que se chegava por carro, em que se chegava por barco. A população queria o símbolo moeda.

Que bom que pudemos viver essa etapa e, a partir dessa etapa, a de hoje, depois de 12 anos de Congresso Nacional, onde muitas batalhas foram travadas no bom diálogo, no nem tão bom diálogo, mas nas decisões corajosas de preparar o que, hoje, é o Brasil reconhecido no mundo aí fora. São sementes lançadas, crescidas; árvore forte.

Eu queria saudar os 15 anos do Real porque, graças aos 15 anos do Real, a tudo que surgiu durante o período dos anos 80 até hoje, uma Governadora pode construir a sua própria moeda, a partir daquilo que – economista sempre fui, mas política, por decisão – é necessário cada Estado fazer, mas que só pode fazer porque o conjunto de regras legais que se criaram nesses 15 anos disciplinam a organização dos Estados e dos Municípios.

Com muita alegria, eu queria, na verdade, celebrar os 15 anos do Real dizendo que só é possível eliminar a fila que elimina os pobres para privilegiar os ricos... Porque é isso que a gente faz quando elimina o déficit. O déficit, a gente promete pagar. Se não tem como, paga primeiro quem? O mais forte.

Então, eu queria dedicar a todos que vieram antes, mas em especial àqueles que mostraram ser possível, às gestões daqueles que optaram por liderar o processo, com parceiros – o PSDB com seus parceiros –, eu queria dedicar o déficit zero, o fim da fila no Rio Grande do Sul, ao meu Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi com ele que, pelas leis que foram iniciadas e juntos fizemos, que o Rio Grande do Sul teve a sua moeda. E a sua moeda são o equilíbrio fiscal, o ajuste estrutural das contas e a capacidade de não precisar vir aqui, em Brasília, de pires na mão, pedir nada, de pagar as suas contas, de investir e recuperar a autoestima de um povo valoroso, de um povo que sempre quis isso. A oportunidade nos deu, com benefícios, a vantagem de poder fazer isso porque existe a moeda Real.

Portanto, no Rio Grande do Sul, há bandeira; no Rio Grande do Sul, há hino; e, no Rio Grande do Sul,

há moeda. A moeda é o Real, com equilíbrio financeiro das contas do Estado.

Então, celebrando com todo o Brasil a decisão brasileira de ser um País ativo e respeitado, que amadurece de uma maneira muito grande, rápida e definitiva na construção de um verdadeiro Estado democrático de direito, ativo e autônomo, venho, com muita alegria, com todos os presentes, nossos Governadores, nossos líderes, celebrar os 15 anos do Real.

Eu já disse ao Bacha: 15 anos com tantos cabelos brancos, mas há 15 anos ele já os tinha. Não é uma questão de envelhecimento, é questão de celebração pela maturidade.

Vida longa ao Real! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao ilustre Governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES – Ilustre Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; ilustres Governadores Yeda Crusius e Anchieta Júnior; ilustre Vice-Governador de Santa Catarina, Leonel Pavan; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados, permitam-me cumprimentá-los nas figuras dos Líderes do meu Partido, Senador Arthur Virgílio e Deputado José Aníbal.

Ilustres economistas e técnicos que participaram da elaboração do plano de estabilização mais cheio de êxito já realizado no Brasil, meus cumprimentos nas figuras de Edmar Bacha, de Gustavo Franco e de Winston Fritsch.

Saúdo, com muita alegria, essa extraordinária figura humana do Ministro Rubens Ricupero. É um prazer revê-lo, depois de tanto tempo, hoje nesta Casa.

De forma especial, quero cumprimentar o Vice-Presidente de Fernando Henrique Cardoso, Senador Marco Maciel; o ex-Ministro Henrique Hargreaves; as senhoras e os senhores.

Caríssimo Presidente Fernando Henrique Cardoso, permita-me saudá-lo de forma especial, homenageando ao mesmo tempo aquele que, a seu lado, foi fundamental para mudarmos definitivamente o Brasil. Refiro-me ao Presidente Itamar Franco.

Ilustre Presidente José Sarney, recorro a uma máxima da filosofia política de que “soberano é aquele que tem a coragem de determinar e praticar o ato necessário”. E o Real foi isso. O Real foi o ato necessário, marco efetivo e fundamental do Brasil moderno. Sua implantação se deveu à ousada consciência de soberania de dois ex-Presidentes da República, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que, por sua coragem política, escreveram seus nomes na história do Brasil para sempre. Estadistas que são, Presidente Fernando Henrique, V. Ex^{as} se curvaram, naquele

momento delicado da vida brasileira, à urgência de defender nossa moeda, antes que sua erosão levasse ao caos econômico e ao risco de um novo revés democrático.

Todos, ou pelo menos boa parte dos que estamos aqui, lembramo-nos bem que muitas experiências haviam sido feitas para conter o processo inflacionário, mas nenhuma com a consistência e a profundidade do Plano Real. Nele, houve o cuidado especial, entre outros, de se preservar o poder de compra dos trabalhadores e de se assegurar o abastecimento interno caso houvesse queda na produção de bens de consumo. O Plano nos permitiu, depois de muito tempo, voltar a sonhar com um Brasil diferente. Essa conquista não se fez sem sacrifício, como todos nos lembramos. Apesar dos problemas inevitáveis em qualquer reforma monetária, o País pôde estabelecer as bases de sua recuperação histórica. O Brasil de hoje se modela, senhoras e senhores, pela base fundamental da estabilidade econômica e pelos importantes avanços sociais conquistados.

Neste momento, devo uma palavra, também de justiça, ao extraordinário trabalho executado naquele momento por Dona Ruth Cardoso, estabelecendo um novo paradigma nas relações sociais do País, com a mobilização das nossas comunidades mais carentes. (*Palmas.*)

Se o Brasil avançou – e avançou muito – após o Plano Real, ao qual muito devemos, é importante dizermos que também devemos a muitos o próprio Plano Real. Devemos, em especial, Presidente Fernando Henrique, a brasileiros de todas as partes desse imenso e tão diferente País, que contribuíram com seu saber, com sua prudência, para concebê-lo e executá-lo. Justiça seja feita: foi, mais uma vez, a população brasileira a grande protagonista dessa virada histórica. Nossa gente entendeu, desde o início, essa mensagem, confiou na nova moeda, impediu especulações maiores até a conquista definitiva da estabilidade. E é essa gente, com sua inteligência e patriotismo, que devemos saudar aqui, hoje, nos quinze anos do Plano Real.

Peço licença às senhoras e aos senhores para dizer que esta data simbólica chama-nos todos a uma nova reflexão. Com a mesma responsabilidade com que fundamos um País novo, temos o dever e a responsabilidade de continuar avançando. E só nos será possível avançar se tivermos a generosidade de provocar uma nova convergência entre os homens e as mulheres de bem deste País.

Ouvi com atenção todos os oradores que me antecederam e, com mais atenção ainda, uma reflexão do Senador Aloizio Mercadante, que dizia que, “quando as paixões políticas e os processos eleitorais conta-

minam as relações políticas, de alguma forma perdemos a capacidade de analisar, com realismo e com isenção, o que ocorreu neste País nos últimos anos”. É exatamente fora deste ambiente político que tenho feito uma análise em outros fóruns, com a qual não tenho certeza se todos os meus ilustres correligionários concordam – certamente, alguns dos nossos opositores dela não gostarão mais de ouvir falar. Mas o que eu gostaria de dizer é que tenho absoluta convicção, Senador Mercadante, que, dentro de algum tempo, fora das intempéries das eleições, das paixões que as disputas sempre trazem, os analistas políticos, os cientistas políticos haverão de analisar e compreender o período que se inicia com Itamar Franco, passando pelos oito anos do Presidente Fernando Henrique e, depois, pelos oito anos do Presidente Lula, como um só período de continuidade na vida econômica do País, que começa exatamente com o Plano Real e com a estabilização da economia e que passa, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique, por sua modernização e por sua internacionalização. Ali são construídos os pilares fundamentais da política macroeconômica, com metas de inflação, com câmbio fluante, com superávit primário.

Ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique, assistimos ao primeiro esforço dos programas de transferência de renda, com o Bolsa Escola, com o Bolsa Alimentação. Veio o Governo do Presidente Lula, e, com correção, com extrema seriedade – faço aqui o registro do papel fundamental naquele instante do Ministro Palocci –, esses postulados macroeconômicos, esses pilares são mantidos. Avança-se nos programas sociais. E, hoje, caro Senador Aloizio Mercadante, mais do que buscar a paternidade dessa ou daquela ação, precisamos buscar a compreensão de qual a agenda que ficou por fazer, do que nos moverá daqui por diante, para que possamos enfrentar questões que não são de um partido, tampouco de um governo, são do Estado nacional.

Portanto, precisamos, os homens de bem deste País, caminhar juntos na direção do futuro, para atravessarmos, finalmente, Sr. Presidente, a fronteira para o tão sonhado pleno desenvolvimento. Temos de ter coragem política para fazer as reformas constitucionais necessárias, as que ficaram inconclusas, as que ficaram pela metade e aquelas que não foram sequer discutidas nesta Casa. Temos de ter coragem administrativa para ajustar a gestão pública, contendo a “farra dos gastos” com o próprio Governo. Não é possível nem razoável que o custeio da máquina pública cresça mais de 70%, como ocorreu nos últimos seis anos, contra um crescimento de cerca de 28% do Produto Interno Bruto (PIB). Não é possível nem razoável

que uma carga tributária estratosférica como a nossa, em torno de 40% do PIB, gere uma arrecadação de impostos extremamente crescentes, enquanto não conseguimos investir sequer 1% nas obras de infraestrutura de que este País tanto necessita. Não é possível nem razoável – e aqui o Senador Marco Maciel, certamente, comigo concordará – que cerca de 70% de tudo o que se arrecada no Brasil hoje fiquem sob o mando político da União em detrimento de Estados e de Municípios.

Refundar a Federação no Brasil não pode ser projeto de um partido nem de um governo, tem de ser um projeto de todos nós em defesa do Estado brasileiro. Em suma, amigos e amigas, é a grave equação, essa da refundação da Federação, a meu ver, que sintetiza o desequilíbrio em nosso processo de desenvolvimento. Temos de enfrentá-lo com a mesma responsabilidade histórica com que fizemos o Plano Real, com que aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal e instalamos a primeira grande rede de proteção social do País. Não há alternativa: ou rompemos com esse ciclo de concentração e ineficiência, ou continuaremos a contar, como contamos agora, as grandes oportunidades perdidas naquele que foi o mais longo e promissor ciclo de prosperidade do mundo.

Precisamos nos preparar para estar à altura desse grandioso desafio. Mais uma vez, Senador Aloizio Mercadante, tenho certeza de que esse desafio histórico haverá de nos aproximar para que, no futuro – que seja após as eleições, se não for possível antes delas –, possamos concentrar nossos esforços na agenda que nós, que governamos o Brasil por oito anos, sabemos necessária, e V. Ex^{as} também, tão bem como nós, sabem que ela é absolutamente urgente.

Seremos chamados todos, Sr. Presidente, mais uma vez, a oferecer à nossa história a nossa capacidade de trabalho para fazer o Brasil avançar. Não nos intimidaremos. Não nos apegaremos em torno de brigas políticas e de projetos sociais, pois é isso que o Brasil espera de nós.

O que nos move, Sr. Presidente, é o Brasil, o Brasil que queremos construir, o Brasil com o qual ainda sonhamos. Transformá-lo e construí-lo, Presidente Fernando Henrique, com a confiança dos brasileiros, é um desafio infinitamente mais recompensador do que simplesmente ganhar eleições.

Portanto, amigos e amigas, quero dizer, ao encerrar estas minhas palavras, que estamos prontos para fazer o que é preciso e para ousar quando for preciso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Tenho a satisfação agora de pedir para ocupar a

tribuna do Senado o Presidente Fernando Henrique, tribuna esta que ele ocupou muitas vezes, com muito brilhantismo. Esta é a Casa de onde saiu para cumprir a missão brilhante que o destino lhe deu de prestar grandes serviços a este País como Presidente da República e Ministro de Estado. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO –

Muito obrigado.

Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Srs. Governadores aqui presentes, Srs. Líderes de vários partidos, de Governo e de Oposição, Srs. Senadores, Deputados, senhores e senhoras que aqui se encontram, eu devo confessar que é com emoção que venho a esta tribuna.

A primeira vez que subi a esta tribuna foi já há muito tempo, em 1983. Nela falei então como Senador de Oposição. Naquela época, o Senador Sarney lembrar-se-á, nós mal jurávamos a Constituição e dizíamos, em seguida, que faríamos tudo para mudá-la, porque não a respeitávamos porque ela tinha sido imposta. Era dessa forma que os oposicionistas começavam a sua fala em um momento em que a esperança de mudança ainda era escassa.

Assumi esta tribuna mais tarde como Líder. Fui Líder indicado pelo Presidente Tancredo Neves e mantido pelo Presidente José Sarney. Fui Líder do Governo aqui nesta Casa. Fui Líder do PMDB, partido ao qual, então, estava filiado. Fui Líder do PSDB. E a última vez que aqui falei foi para me despedir do Senado, porque eu havia sido eleito Presidente da República. De modo que, para mim, não é fácil voltar a esta tribuna sem sentir emoção, sem me recordar de momentos importantes na luta pela Diretas, que aqui foi travada, de momentos nos quais nós todos nos emocionamos, quando assistimos ao então Senador Tancredo Neves se despedir do Senado, sem ter, infelizmente, podido ser efetivamente Presidente da República, mas tendo, naquele momento, aberto um horizonte de esperanças.

Foi aqui também – e mais apropriadamente no plenário da Câmara dos Deputados – que pude seguir e participar da formação desta nova mentalidade no Brasil, que está consubstanciada na nossa Constituição.

Eu tenho pouco a acrescentar – se é que há alguma coisa – a tudo que já foi dito aqui. Mas eu creio que nós devemos começar sempre reconhecendo que o novo Brasil começou a ser construído naquele período e que a Constituição de 1988, seja qual seja o pormenor do qual possamos discordar, é um marco, porque é um marco não só de fortalecimento da democracia, como é também um marco de aspiração de um Brasil melhor.

Quantas vezes muitos de nós nos lastimamos pela incongruência entre os propósitos dados ao País pela Constituição e a falta de meios para realizá-los? Não obstante, não fossem aqueles propósitos, possivelmente nós não teríamos assistido à possibilidade de uma mobilização da sociedade civil, como nós a assistimos, já nos anos 80, mas, sobretudo, durante a elaboração da Constituição, com a presença ativa de vários setores, quando foi tomada uma decisão que permitia emendas feitas por pessoas que não tinham mandato parlamentar. Isso foi uma pequena revolução, e, certamente, aqui no Prodasen, nós teremos arquivado as aspirações dos brasileiros, as mais desencontradas, as mais generosas, as mais limitadas, mas o Brasil todo sonhou com um novo momento. Na verdade, o que nós discutimos hoje foi uma parte da construção deste novo momento.

Há alguns anos, eu li um livro que me impressionou profundamente. O livro era nada mais, nada menos que de José Bonifácio de Andrada e Silva. Os azares da vida me tornaram membro da Academia de Ciências de Lisboa. José Bonifácio foi secretário perpétuo da Academia de Ciências de Lisboa. E, quando fui fazer o meu discurso – de improviso, na verdade, porque eu nem sabia que era para receber essa honraria lá em Portugal –, eu fui ler alguma coisa de José Bonifácio. E o livro dele chama-se *Projetos para o Brasil*. Basta lê-lo para que nós possamos sentir a responsabilidade histórica da construção de uma nação.

Na verdade, o que nós conversamos nesta manhã, aqui, foi sobre um momento de construção da nação. A nação não se constrói em um governo. Não é uma pessoa que faz a nação. É uma história, é uma memória, é uma aspiração, é um futuro que se delineia. Quem for ler o livro de José Bonifácio verá que ele ainda tem atualidade. Ele lutava pela abolição da escravidão, acabar com o analfabetismo. Nós ainda hoje lutamos. E uma das coisas que me deu prazer, satisfação, quando fui Presidente, foi que, pela primeira vez, foi possível, realmente, abrir as escolas para todas as crianças em idade escolar – quando se diz todas, são 97% ou 98%; é assim no mundo todo. Mas essa é uma luta que vem lá de trás.

Foi dentro dessa perspectiva que eu vim, nesta manhã muito agradável, muito emocionado, ouvi-los e, junto com vocês, com os senhores, com V. Ex^{as} – não sei qual tratamento preferem –, junto com todos aqui presentes, recordar o que foi um desses momentos de fortalecimento do País, da Nação.

O Governador Aécio Neves disse com propriedade: possivelmente, o ator fundamental do processo pelo qual nós logramos a estabilização foi o povo brasileiro. Era visível, naquela altura, o cansaço com a in-

flação. Era tão visível, que oito planos foram tentados para segurar o processo inflacionário, para destruir os mecanismos de reposição da inflação. O País aspirava por alguma coisa, de modo que, não fosse essa compreensão e, digo mais, não fosse também – e isso não é para, simplesmente, gabar – o fato de que mídia brasileira entendeu o momento e o processo, teria sido quase impossível que um invento brilhante, mas extremadamente complexo, como era a URV (Unidade Real de Valor), fosse aceito e entendido e praticado pelo povo brasileiro.

Foi muito importante que houvesse essa mobilização da sociedade em função da necessidade de que nós alcançássemos para o País um outro patamar. Mas também é de justiça dizer que, se não tivesse havido a determinação firme do Presidente Itamar Franco de me manter como Ministro, não teria sido possível a existência do Plano Real.

O Presidente Itamar Franco tomou a decisão de me transformar de Ministro do Exterior, para o que eu tinha talvez alguma capacitação, em Ministro da Fazenda, para o que eu tinha muito pouca capacitação. Tomou essa decisão contra a minha opinião, porque eu queria a manutenção do então Ministro – que está aqui presente, com muita honra para todos nós –, que acreditei que já estava fazendo um esforço importante.

O Presidente Itamar tomou a decisão, sabe Deus movido por quê. Eu lá fora, feliz da vida, Ministro do Exterior, volto ao Brasil e, como se fazem as coisas no Brasil, no mesmo dia em que cheguei aqui, assumi o Ministério e tive que fazer um discurso à tarde dizendo o que ia fazer. Eu disse que ia tentar resolver três problemas no Brasil: o primeiro era a inflação, o segundo era a inflação, o terceiro era a inflação. E eu não sabia como resolvê-la.

Para resolver, foi necessário juntar esse grupo de economistas então jovens, apesar dos cabelos brancos de alguns já naquela época, mas então jovens, muitos dos quais aqui presentes – não preciso citá-los uma vez mais –, e devo citar alguns outros que não puderam estar aqui, o André Lara Resende, o Pêrsio Arida, o Pedro Malan, e outros que não eram economistas, mas que trabalharam muito e com muito afinco para que fosse possível criar um clima que permitiu a realização daquela operação de transformação da economia brasileira, como Clóvis Carvalho, que era uma espécie de mestre-escola que obrigava todos a trabalharem – não a trabalharem, mas a não mudarem de ideia.

Os economistas que se juntaram para fazer o Plano Real, como toda gente sabe e reconhece, são brilhantes, mas são inconstantes, e a cada momento tinham novas ideias. Também, digamos a verdade, qual de nós não tinha medo das ideias que nós próprios pro-

púnhamos? Havia um certo receio que levava a mudar de novo de ideia e que levava sempre a postergar a decisão. É nesse ponto que a ação do Presidente Itamar Franco e a minha puderam ser de alguma valia, para que os planos pudessem funcionar.

Isso tudo, Sr. Presidente José Sarney – V. Ex^a se lembrará bem –, foi feito no âmbito da democracia, para a qual V. Ex^a contribuiu no seu período de tolerância como Presidente da República, aqui nesta Casa e lá no Palácio do Planalto.

Tudo isso foi feito claramente, debatido, explicado, brigado aqui no Congresso Nacional. Foi um Plano que é fruto da democracia. Por isso, comecei pela Constituição e pela luta democrática.

Eu me recordo muito bem que, em uma reunião no gabinete do Ministro da Fazenda, em São Paulo, eu creio que o Persio Arida sugeriu que poderíamos fazer algo com mais clareza e simplicidade. Eu o apoiei imediatamente e assumi a bandeira de que era preciso explicar tudo. Não era fácil, porque a tradição que havia até então era a de que os planos eram feitos na calada da noite e depois publicados no *Diário Oficial*, informando que no Brasil havia mudado tudo. E a população não sabia o que, nem pra que, nem por quê.

O Plano foi feito com certa reserva, como todo plano. Mas, a partir de determinado momento, houve uma pregação para explicar o que nós faríamos. Quais seriam os passos e quais seriam as consequências. Por que era necessário? Por que a inflação corroía a possibilidade de os pobres sobreviverem e acumulava riqueza na mão daqueles que já são ricos? Mobilizar a sociedade foi um processo democrático de envolvimento da sociedade e de luta no Congresso. Não importa que alguns – muitos, talvez – tenham discordado, que se tenham enganado, que tenham proposto *slogans* absolutamente insensatos. Mas foi bom que houvesse isso. Houve o contraditório.

Eu chamei cada dirigente sindical ao meu gabinete, cada um deles, e expliquei o que iria acontecer. Alguns se surpreendiam porque a URV corrigiria os salários no dia a dia. Essa era uma velha aspiração dos trabalhadores. Mas não podiam concordar por razões políticas. Embora, na conversa comigo, não tivessem argumentos para dizer que realmente o Plano era contra os trabalhadores, davam as declarações dizendo que o Plano era contra os trabalhadores. Isso passa. O que não passa é o resultado. E os trabalhadores perceberam logo que houve uma melhoria na condição de vida. Assim como houve no caso do Plano Cruzado, quando a redução da proporção de população que estava abaixo da linha de pobreza caiu. Voltou depois, porque voltou a inflação. Com o Real, ela caiu e continuou caindo. Caiu persistentemente. Digamos,

de 38% para, atualmente, deve ser coisa de vinte e poucos por cento. Continuou caindo. Mas, no primeiro momento, deu a sensação de alívio para a população, que apoiou, obviamente, o Plano, e não é por outra razão que fui eleito Presidente da República, sem ter uma carreira política de expressão que justificasse uma eleição tão rapidamente.

Em seguida, é preciso também deixar bem claro que não apenas aquela equipe de técnicos teve um papel bastante fundamental, mas eu devo reconhecer também, e de público o faço, que quando eu saí do Governo para ser candidato a Presidente da República, e só o aceitei porque me convenci de que se eu ficasse no Ministério não haveria o Plano, porque não haveria candidatura apoiada pelo Presidente da República, e o candidato opositor na época era contrário – talvez ele mudasse já naquela época, não sei, mas era contrário –, eu então me decidi ser candidato a Presidente da República. O Presidente Itamar Franco teve o sentido que ele tem com frequência, intuitivo, de escolher um bom sucessor, o Ministro Ricupero, que foi aquele que realmente continuou na pregação e que permitiu que houvesse, realmente, a inculcação, se posso dizer assim, o contágio na sociedade daquelas ideias que nós queríamos propagar.

É de justiça também dizer que o Ministro Ricupero foi substituído pelo então Governador Ciro Gomes. Da mesma maneira, foi uma intuição do Presidente Itamar Franco. Ciro Gomes, naquele momento, como estávamos em eleição, tinha um significado político. De modo que não se trata apenas de alguém, uma pessoa no momento; é um conjunto de pessoas, em vários momentos.

Uma coisa é o que se fez no ano de 1993, 1994 e 1995. Em 1993 porque, para fazer o Plano Real, nós fomos preparando, de antemão, como toda gente sabe, a renegociação da dívida externa. Foi um trabalho enorme. Isso se deveu ao Pedro Malan, a André Lara Resende e, antes dele, a Sérgio Amaral e a tantos outros mais que negociaram a dívida. Mas, em outubro de 1993, fui a Toronto, no Canadá, para assinar uma negociação com setecentos bancos. O Ministro Eliseu Resende deve se lembrar muito bem disso, porque ele fez algo semelhante, ainda no Governo Itamar Franco, como Deputado: a renegociação da dívida do setor elétrico no Brasil. São processos complexos, são processos difíceis, mas que são necessários, são pressupostos para possibilidade de se organizar o País.

Fizemos as negociações em 1993. Já em 1993, começamos a renegociação da dívida dos Estados. O que o Ministro Dornelles, o Senador Dornelles disse aqui – e eu agradeço as palavras dele –, com muita precisão, é que nós vivíamos numa época em que os

governos estaduais tinham bancos emissores de dívida, portanto, inflacionários, e não havia como frear isso. Renegociamos as dívidas de cada Estado, de cerca de 150 Municípios.

Tudo isso, e o Congresso Nacional? Quantas vezes foi necessário mudar a Constituição? Não fosse o Congresso Nacional ter entendido, e talvez não fosse o fato de eu, na época, ser Senador e, portanto, poder falar com muita clareza e liberdade diretamente com os Congressistas, talvez não tivesse sido possível fazer as transformações. Foram feitas. Isso é o passado. Não vou seguir passo a passo porque seria completamente descabido. Já muitos o fizeram. Isso é o passado. Não é o suficiente.

A estabilização da moeda é uma coisa. Há outros processos a serem avançados. O crescimento da economia requer estabilidade. Não é suficiente. Aqui, eu acho que alguém já mencionou também o fato de que, durante os oito anos em que governei, apenas em dois anos não houve crise. Todas elas, como se diz hoje, vieram do exterior. Todas elas. Mas todas elas atrapalharam o crescimento da economia, como atrapalham agora. No ano passado, conseguimos crescer 5%, coisa que nos entusiasmou. Este ano, estamos felizes com zero. Caímos 5%. Por quê? Porque o Brasil errou ou o Governo do Presidente Lula se equivocou? Não. É porque houve uma crise externa. Então, o crescimento da economia não depende apenas da estabilidade nem depende exclusivamente de decisões que são tomadas pelos governos. Depende dos ciclos econômicos, depende da situação internacional. Há uma série de variáveis que interferem no processo de crescimento da economia. Mas, sem dúvida alguma, é ambição legítima do povo brasileiro não só ter estabilidade como ter crescimento e ter distribuição de renda.

É verdade o que se disse aqui: o processo de estancar a inflação em si mesmo já ajuda na questão de melhorar o nível de vida da população, mas não é suficiente, porque nossas desigualdades são muito grandes e são necessárias medidas de proteção, uma rede de proteção social, como as bolsas – agora, o Bolsa Família, que engloba todas essas bolsas. E os resultados aí estão. Os benefícios sociais que o Brasil hoje pode oferecer e sua população desfrutar derivam de um conjunto de políticas. Algumas são antigas, como, por exemplo, a aposentadoria dos trabalhadores rurais; por exemplo, a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas); por exemplo, o aumento continuado do salário mínimo, como aqui foi dito pelo Senador Mercadante, e é verdade, que começou no Governo Itamar Franco. Começou antes, mas, depois da estabilidade, no Governo Itamar Franco, aumento real do salário mínimo, continuado nesses anos todos. Varia: ora aumenta

mais, ora aumenta menos. Depende das circunstâncias. Mas isso tem um impacto muito grande sobre o nível de vida da população. Não são só as bolsas, é o aumento do salário mínimo, é a aposentadoria rural. Enfim, o Brasil foi criando instituições.

E volto a José Bonifácio: “O fundamental para a construção de uma nação é a criação de instituições”. O crescimento econômico é necessário, mas é preciso mais do que isso. É preciso criar instituições. E se alguma coisa teve significado que pode ser mais duradouro, espero que a moeda também, foi o fato de nós termos começado um processo de reformas que gerou novas instituições. Não quero enumerar, mas a imensa quantidade de siglas, algumas aqui já mencionadas – Proer, Copom, Proes, Pronaf, Indep, Indeb, enfim, por aí vai –, é todo um conjunto de siglas que expressam a criação de instituições, ou seja, de práticas que são estabelecidas, rotinizadas, e que têm uma certa perdurabilidade. Também é uma maneira como o Copom, o Banco Central, a autonomia operacional do Banco Central acabam se institucionalizando. Ainda que a lei não diga de forma clara que é uma instituição autônoma, ela tem uma institucionalidade ganha e, por isso, pode exercer a sua ação fiscalizadora e a sua ação corretora, a criação de instituições. Portanto, junto com a reforma monetária, a criação de instituições.

A reforma do Estado é fundamental. São questões básicas que já foram aludidas por vários aqui presentes que já assomaram a esta tribuna. Além disso, um país, uma nação, para se formar requer certos consensos, certas convergências. Não me refiro a acordos partidários. Acordos partidários se fazem e se desfazem, as brigas eleitorais são parte do jogo democrático. Refiro-me a alguma coisa que vai além disso. E isso se está fazendo no Brasil. Queiramos ou não, o fato de que todos nós hoje beijamos a cruz, concordamos com a necessidade de certas instituições, de certas práticas, de certas políticas permite-nos olhar para o futuro com mais confiança.

Um devaneio, Governador; nós somos contrários, mas um sozinho, um apenas, aqui, desvio do curso principal. Um momento muito difícil, 1998, momento extremamente difícil, estávamos ainda em processo eleitoral. Perdão, 2002, agosto de 2002, a situação era muito delicada, porque havia a pressuposição de que o Governo eventualmente a vir a ser eleito, que seria do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, não iria seguir o rumo que tínhamos marcado. Foi necessária uma conversa do Ministro da Fazenda comigo, o Ministro Malan, que me disse: “Do jeito em que vão as coisas, caminhamos para o risco de outra vez uma moratória. É preciso fazer alguma coisa”. Pediu autorização, para

enviar alguém, para conversar com o Fundo Monetário Internacional.

Na hora da decisão, o então chefe do Fundo Monetário Internacional, Sr. Köhler, que hoje é Presidente da Alemanha e com quem mantinha relações – ajudei na eleição dele a pedido do Schroeder, que era o Primeiro-Ministro da Alemanha –, telefonou-me e disse: “Esta semana [foi em agosto, o Fundo Monetário entrava em férias; infelizmente, no mundo do norte é assim: eles entram em férias, não importa a crise] vamos entrar em férias. É preciso decidir esta semana, e estou disposto a pedir ao Conselho do Fundo que autorize a concessão de um empréstimo”. Não me lembro de quanto – trinta bilhões ou algo assim. Esperávamos quinze. Ele disse: “Bom, mas só posso dar esse empréstimo, se o senhor [eu] garantir que seu sucessor vai cumpri-lo [cumprir o acordo]”. Eu disse: “Eu não posso dizer, não posso responder. São vários candidatos. Não posso responder por eles. Agora, posso dizer uma coisa: confio nas instituições brasileiras. Acho que, seja qual venha a ser a ideia de um ou de outro, as forças organizadas do Brasil não vão permitir um comportamento estapafúrdio”. Essa foi a razão pela qual depois pedi a cada um dos candidatos que viesse ao meu gabinete. Mostrei o de que se tratava o acordo; que o acordo não era para 2002; que era para 2003, para garantir a governabilidade do Governo seguinte. E pedi que cada um se manifestasse de público, dizendo que estava conforme aquele pedido.

Assim foi feito, e o que aconteceu? Veio o Presidente Lula, que cumpre; mais que cumpre, paga com antecipação a dívida que havia sido contraída no Fundo Monetário. Estava eu errado? Não, não creio. Não estava pensando se fulano ou beltrano pensam isso ou aquilo. Estava dizendo: “Olha, o Brasil está se organizando. Há instituições”.

Então, essa construção de instituições é fundamental para a construção de um país. Esse processo que hoje estamos aqui celebrando é a continuidade. É a continuidade não só do Real, mas das instituições: a primeira, a democracia e suas regras. Em seguida, criar regras dentro do aparelho de Estado; modificar o aparelho de Estado, para que possamos divisar um horizonte.

Bem, não me quero alongar. Quero dizer, entretanto, poucas palavras na direção do que chamei outro dia de pós-Real. Dado por aceite que a estabilidade está aí e que os governos – e que o Governo do Presidente Lula cumpriu, foi competente em manter as condições para funcionamento da economia brasileira, dentro das regras; dado que está aí, o que falta? E como criar – aí sim – esse consenso a que me referi e

que não era acordo político, para que possamos, com firmeza, avançar?

Hoje, aqui foi dito pelo Senador Mercadante, é verdade, o Brasil é respeitado. O Brasil sempre foi mais ou menos respeitado pelo seu tamanho etc. etc. Mas agora ele é respeitado porque é um país que sabe para onde vai, sabe o que quer e sabe expressar o que quer: está institucionalizado isso.

Muito bem, o que falta fazer? Falta bastante. Vou falar pouco, mas com sinceridade, como brasileiro, nem mesmo como presidente de partido, de honra que seja, ou Presidente da República, mas como brasileiro: acho que ainda estamos precisando entender-nos um pouco mais sobre que futuro queremos para nós. Eu acho que o futuro que precisamos divisar para o Brasil, como sociedade, é um futuro de mais – vou usar uma palavra talvez não muito adequada – decência, frugalidade, simplicidade.

O mundo mudou muito. Não podemos continuar com tantos vaivéns, com tanta ostentação, com tanto desperdício, com tanta miudeza. Precisamos de mais frugalidade e decência. São coisas simples, mas difíceis de serem alcançadas e que dependem, basicamente, de comportamento. É cultural, não é institucional só. É cultural, porque a instituição pode estar e não ser respeitada. Tem de haver formas de comportamento que se orientem por valores, e os valores nos estão faltando na firmeza necessária para controlar a conduta e para que possamos produzir uma sociedade mais decente. Nessa mais decente, vai mais igualdade, obviamente.

Mais do que isso, temos que pensar também sobre que tipo de crescimento queremos, que tipo de desenvolvimento queremos. Talvez eu esteja um tanto influenciado pelas minhas participações na agenda global, mas não estamos dando a devida atenção à questão ambiental; não estamos. Fazemos como em espanhol se diz “Saludo a la bandera” – menciona-se o fato para saudar a bandeira, mas não se toma, no dia a dia, a sério. E o Brasil tem enormes oportunidades, sobretudo na área da energia, sobretudo na área das energias limpas, na área do meio ambiente, de tomar uma posição de vanguarda e fazer o simples que é necessário, porque não há nenhuma contradição no nosso caso – poderá haver em outros países – entre a nossa industrialização e o respeito ao meio ambiente. A nossa indústria moderna trata de respeitar o meio ambiente. Queimamos árvores, isso é inaceitável; isso é passado, é arcaico. Não vale a pena crescer, destruindo dessa maneira; temos que crescer com uma outra visão do que é desenvolvimento, do que é crescimento.

É difícil? É, mas é uma questão, digamos – assim como foi feito com o Real – de pedagogia. Precisa-se

de uma pedagogia a respeito da nova sociedade. Uma nova sociedade, as coisas mais simples, em que, além de toda a arquitetura formal da democracia, tenhamos uma coisa simples: o respeito à lei; em que sejamos iguais, pelo menos no que diz respeito à lei – a lei vale para todos, não há bom e mau [*palmas!*], não há gente mais poderosa ou menos poderosa, é a lei –; e que se cumpra a lei, com todas as consequências disso. É simples, mas difícil, porque isso é comportamental, e nós precisamos mudar o comportamento.

Há outras coisas mais que, acho, precisamos e podemos começar a conversar sobre o futuro. Acho – e aqui não é o momento – que nós nunca fizemos, efetivamente, uma revolução educacional. Há locais: há em Minas, há em São Paulo, há no Rio Grande do Sul, há em algumas zonas de Pernambuco, há, em toda parte, movimentos nessa direção. Mas talvez precisássemos, agora, juntarmo-nos todos – e insisto: todos!

No que consiste essa revolução educacional? Também são coisas simples. Não dá para haver criança... Eu disse aqui, com alegria: todas as crianças estão na escola. Mas ficam três horas, quatro horas... Não dá! No Brasil, as crianças estão na escola, muitas vezes, pela primeira vez: os pais não foram à escola. No mundo oriental, na Coreia, que seja, qualquer deles, a cultura tradicional é doméstica, a família manteve a cultura. Não aqui! São migrantes – vêm para cá, vão lá, no Brasil – que não tinham condições mínimas no passado. Então, a escola precisa dar muito mais que naqueles países, para sermos iguais a eles, porque nossa escola não dá condições efetivas.

Mas é mais do que isso! Uma das razões de evasão escolar, hoje, sabe qual é? É o desinteresse que uma criança tem pelo que está aprendendo lá. Não está aprendendo nada... Estão repetindo coisas que não têm mais importância... O mundo mudou... Muito! As crianças aprendem depressa entre elas mesmas e através dos meios de comunicação, da Internet... Superam os professores, e a escola se torna desinteressante.

Bem, não sou especialista em educação. Mas me parece que clamam aos céus – clamam aos céus! – que nós precisamos concentrar-nos nisso. Como também clamam aos céus – e todos sabem – que, no futuro – o futuro que digo é no próximo Governo –, a questão fundamental será, efetivamente, a de fazermos investimentos em infraestrutura. Não é fazer PAC – por mais importante que seja o PAC. É muito mais do que isso; é muito mais do que isso. Quando se veem os números do esforço público para o investimento produtivo, é muito pequeno! E isso não vai existir se não houver poupança, e nós não trabalhamos a formação da poupança. Nós estamos sempre trabalhando o lado

da demanda – consumam mais – e cadê o investimento? Para que o investimento possa existir é preciso que haja uma poupança, e poupança não é do pobre. Pobre não tem o que poupar. Poupança é do rico, que não deve gastar tanto e tão mal ou não tem a vocação para transformação empresarial do investimento.

Disse dois, três, quatro rumos que me parece que precisamos coincidir neles. Vamos brigar nas eleições. Não há como não. Eu não, que estou fora, mas os que puderem vão brigar nas eleições; mas o que nós não podemos é, nessa briga, esquecer do fundamental, que é a formação da Nação.

Para mim, Sr. Presidente José Sarney – e agradeço as palavras tão generosas que proferiu a meu respeito –, o importante do Real é que ele foi um momento de consolidação da Nação brasileira. E nada me interessa mais do que isto, do que a consolidação da Nação brasileira, criando instituições dignas que permitam uma transparência e que façam com que as pessoas se sintam iguais umas às outras e que possam viver uma vida decente.

O Real não foi suficiente para isso. As mudanças havidas, e que continuam a haver – eu não sou dos críticos que não reconhecem o que os Governos fazem; seria ridículo de minha parte, seria ridículo; jamais eu pensaria isto – com tudo isto, ainda falta muito. E talvez, Senador Mercadante, as suas palavras tenham sentido. Não devem ser ditas a mim, devem ser ditas a quem pode, e quem pode não sou eu. Quem pode, quem pode dizer “vamos juntos” não sou eu – eu estou por baixo – é quem está por cima. Eu sempre que estive por cima tentei e não consegui.

Irmos juntos é irmos juntos pelo Brasil, criarmos um clima em que nós, em conjunto, eliminemos as mazelas que ainda estão por aqui – não vou me referir a elas; em conjunto, para que nós possamos, aí sim, levar adiante as transformações com o mesmo espírito de crença – porque eu creio no País –, com o mesmo espírito de luta e com o mesmo espírito aberto e democrático com o que foi possível fazer, graças a todos que fizeram juntos o Plano Real.

Muito obrigado. Agradeço, realmente, de todo o coração e emocionadamente esta homenagem. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Convido o Vice-Presidente, Senador Marconi Perillo, a continuar a sessão, que vai prosseguir com a volta da lista de oradores inscritos. Eu vou acompanhar o Presidente Fernando Henrique na sua retirada do Senado.

O SR. JOSÉ SARNEY, PRESIDENTE, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. MARCONI PERILLO.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Suspendo a sessão por um minuto, até que os Presidentes possam deixar o recinto.

(Suspensa às 13 horas e 32 minutos, a sessão é reaberta às 13 horas e 34 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Reaberta a sessão.

Tenho a satisfação de convidar para fazer uso da palavra o ilustre ex-Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Rubens Ricupero.

Solicito a todos que tomem seus assentos para que possamos ouvir as palavras do ex-Ministro Ricupero.

O SR. RUBENS RICUPERO – Exm^o Senador Marconi Perillo; outros membros da Mesa Diretora; Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que, depois da fala do Presidente Fernando Henrique Cardoso, seria um anticlímax tentar fazer um pronunciamento. Ao ouvi-lo, justamente, o sentimento que tive foi o de que nada mais haveria a acrescentar, pelo menos da minha parte. Apenas eu gostaria de expressar o profundo agradecimento que sinto pela honra de ter sido incluído...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Dr. Ricupero, peço-lhe um instante.

Solicito a todos que tomem seus assentos. Há um orador na tribuna, um ilustre convidado nosso, ex-Ministro da Fazenda, Dr. Rubens Ricupero. Asseguro a palavra a S. Ex^a.

O SR. RUBENS RICUPERO – Muito obrigado, mas acredito que, em parte, isso que estamos testemunhando é justamente a expressão desse sentimento de que é quase um anticlímax, depois de todos os pronunciamentos que ouvimos, que foram seguindo num crescendo, tentar acrescentar alguma coisa.

De minha parte, creio que praticamente tudo foi dito. Apenas eu me limito aqui a lembrar algo que foi sugerido tanto pelo ex-Presidente Fernando Henrique como pelo Senador Marco Maciel, isto é, a rigor, o que, hoje, celebramos aqui não teve início nem no dia 1^o de julho de 1994 nem no lançamento da Unidade Real de Valor (URV). Isso teve início com a redemocratização do País, e é preciso lembrar que não estamos longe de completar 25 anos desse episódio, logo no próximo ano. Com a redemocratização do País, tivemos, num certo momento, a esperança de que as coisas encontrariam um caminho tranquilo e cada vez mais ascendente, mas, infelizmente, a inflação, que se tornou cada vez mais grave, praticamente ameaçou aquela conquista naquele momento.

É importante fazer uma reflexão histórica de que o Plano Real e a reconquista da soberania monetária e da estabilidade dos preços representam para a Nova República algo muito semelhante ao que o saneamen-

to financeiro do Governo Campos Sales, mais tarde seguido pelo Governo Rodrigues Alves, representou para a primeira República brasileira. Se, hoje, podemos encarar o futuro do Brasil como uma curva ascendente, sem dúvida, devemos a esse momento.

Não quero me prolongar aqui na tribuna. Desejo apenas...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Embaixador Ricupero, permita-me um aparte?

O SR. RUBENS RICUPERO – Sim, por favor.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu não poderia deixar de registrar o valor imenso de V. Ex^a nessa epopeia da estabilização da economia brasileira. V. Ex^a segurou aquele desafio com idealismo, com espírito de equipe, com honra – isso tudo é um conjunto de qualidades suas inarredáveis. Com muito empenho e com muito talento, V. Ex^a enfrentou e venceu o desafio. Tenho por V. Ex^a um respeito que vem de muito atrás. E V. Ex^a sabe disso. Inclusive, cheguei a ser seu aluno.

O SR. RUBENS RICUPERO – É verdade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Tenho também muita honra de ter sido seu aluno. Eu não poderia deixar de registrar que, dos homens públicos que conheço, V. Ex^a é um dos mais competentes, é alguém de uma biografia que não precisa de retoques, uma biografia sem rasuras, e que merece como ninguém ser homenageado numa hora em que se fala de quinze anos de estabilidade econômica no País; em que se fala do fim daquele desarvoramento que causava a inflação; em que se fala no Brasil que hoje merece e recebe respeito internacional – as bases estão aí –; em que se fala em programas sociais que só têm razão de ser e só são possíveis por que, em primeiro lugar, resolveu-se a questão básica da economia, que era a estabilidade. Em outras palavras, reputo V. Ex^a como um brasileiro que merece de todos nós um imenso reconhecimento.

O SR. RUBENS RICUPERO – Eu lhe agradeço, muito desvanecido, essas palavras e quero dizer que sou muito grato a V. Ex^a, ao Deputado José Aníbal e a outros que tomaram a iniciativa de organizar esta cerimônia de hoje.

O que eu tencionava dizer, apenas para concluir, era que minha contribuição foi extremamente modesta. Em relação ao Plano Real, cheguei tarde e saí cedo. Apenas vivi um momento breve, mas intenso, que foi aquele da preparação e do lançamento da moeda. Devo esse privilégio em minha vida ao Presidente Itamar Franco, que teve essa confiança em mim. Alegrou-me muito hoje ver que, nesta manhã, praticamente todos os oradores reconheceram aquilo que é evidente: que coube ao Presidente Itamar Franco criar aquilo que se

chama de condições da possibilidade. Sem ele, nada disso teria sido possível. Ele acreditou, quando ninguém acreditava, e persistiu nessa crença, até que encontrou no então Senador Fernando Henrique Cardoso o homem certo para o momento certo. E ele foi capaz de reunir um grupo extraordinário, ao qual eu me senti muito honrado de pertencer durante um breve momento, de pessoas que não só eram brilhantes, competentes e grandes acadêmicos, como se disse muitas vezes, mas, sobretudo, de pessoas de extraordinária integridade, de espírito de sacrifício, de serviço público, de lealdade impecável.

Devo dizer que, para mim, foi um privilégio cada momento que trabalhei com todos esses extraordinários servidores a que o Brasil ficou devendo essa grande realização. De minha parte, o que procurei fazer foi mais um papel de mediação – um pouco de algodão entre cristais –, um papel de mediar com o Presidente, com o Executivo, com o Legislativo. Muitas vezes, vim aqui. Meu último ato importante de Ministro da Fazenda foi justamente na tribuna do Senado, numa sessão conjunta, em que se pediam esclarecimentos sobre o Real, já muito avançado o mês de agosto. E também fiz mediação com o Judiciário, com a imprensa e com a sociedade em geral.

Aqui, foi muito bem acentuado o fato de que o Real não só é uma obra de grande continuidade, mas uma obra coletiva, porque praticamente não houve um setor importante da sociedade brasileira que não se tivesse dado conta do decisivo que se vivia naquele momento e não tivesse aportado sua contribuição. Penso que esse foi um salto qualitativo, um ponto de inflexão na curva, que era declinante e que passou a ser ascendente. Hoje, podemos enfrentar o futuro com bastante tranquilidade, porque sabemos que o dia de amanhã será melhor do que o dia de hoje. Creio que isso se deve a esse processo de convergência que se iniciou naquele momento e de que hoje tivemos momentos extremamente expressivos, como o do pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que mostram por que o Brasil hoje, no panorama deste continente latino-americano, caracterizado por crescente divergência, é um País que se distingue por uma sociedade que não está polarizada, que não está radicalizada, que não está dividida, pois é uma sociedade que converge. Hoje, não temos mais que olhar com inveja, como olhamos um certo momento, a Espanha do Pacto de Moncloa ou o Chile da Concertação, porque, pela primeira vez, talvez, em nossa história, não há uma divergência profunda sobre as linhas gerais da política que o Brasil deve seguir em matéria de desenvolvimento. E creio que isso se deve muito ao trabalho que foi feito naquele momento e, aci-

ma de tudo, ao fato de que a própria Nação assumiu a responsabilidade pelo seu destino.

Tive a oportunidade de dizer, pouco tempo atrás, quando o ilustre Ministro Guido Mantega fez aqui uma grande reunião dos ex-Ministros da Fazenda, que houve uma frase que sempre me impressionou muito e que, a meu ver, esclarece bastante o sentido desse fenômeno, uma frase de Norbert Wiener – fundador da Cibernética –, que dizia que “ser informado é ser livre”. O que ele queria dizer com isso é que não se pode ser livre, isto é, escolher entre opções, se não se conhecerem essas opções. É importante ter a informação. E o Real teve êxito por que foi justamente capaz de proporcionar à população essa informação honesta, abundante, sem intuítos publicitários, com o propósito justamente de mostrar qual era o problema e qual era a solução.

Portanto, uma vez mais, agradeço a distinção de que fui objeto, este convite, este momento privilegiado que estamos vivendo, e espero que possamos, sobre isso, construir justamente aquele processo de convergência que foi a nota dominante desta memorável sessão de hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tenho a honra de convidar para fazer uso da palavra o economista Edmar Bacha, representando os formuladores do Plano Real.

O SR. EDMAR BACHA – Senador Marconi Perillo, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, é um prazer muito grande estar hoje no Senado. Na verdade, para mim, especificamente, hoje, há um motivo quase de exaltação, porque uma das primeiras e mais importantes funções que tive na equipe econômica do Plano Real foi a de negociar as diversas etapas do plano – o Fundo Social de Emergência, a Unidade Real de Valor (URV), a Medida Provisória do Real – com o Congresso. Fiquei aqui durante tanto tempo, que meus colegas da equipe passaram a me chamar de Senador. Portanto, eu tinha a enorme ambição de, algum dia, chegar a este paraíso do Darcy Ribeiro. E, finalmente, aqui estou.

Mas eu não queria falar muito. Estávamos aqui os três membros da equipe: o Gustavo, o Winston e eu. Gostaria de salientar que, de fato, o Real foi uma construção de uma equipe extraordinária, não somente por sua qualidade, mas também por seu número. Tratei de listar aqui as pessoas com quem trabalhei mais ativamente durante esse processo. Seguramente, vou me esquecer de algumas, mas, de qualquer jeito, gostaria de deixar registrada essa obra coletiva que incluiu o trabalho das seguintes pessoas: Alkimar Moura; André Lara Resende; Cláudio Mauch; Clovis

Carvalho; Daniel de Oliveira; Eduardo Graeff; Eduardo Jorge; Francisco Pinto; Fuad Noman; José Cechin; José Coelho Ferreira, aqui presente; Maria Clara do Prado; Milton Dallari; Murilo Portugal; Pedro Malan; Pêrsio Arida; Sérgio Amaral; Sérgio Cutolo; Ozires Lopes Filho; Raul Jungmann e Raul Velloso. Ou seja, não foi apenas pelo brilhantismo, mas também pelo trabalho corporal de uma equipe de extraordinário valor que pudemos fazer o que fizemos.

Considero, na verdade, que o Plano Real transformou a natureza do processo de feitura de política econômica do País. Antes, havia a Direita no Brasil, achando que só a ditadura conseguiria estabilizar; havia a Esquerda, com seus propósitos populistas revolucionários. E creio que tudo isso, essa convergência que a gente hoje observa aqui, é fruto da estabilidade que foi conseguida, que delimitou, de maneira muito clara, o debate de política econômica por dois parâmetros: o respeito à racionalidade e o respeito aos princípios da democracia.

Estou extremamente satisfeito. Na verdade, estou extremamente honrado por ter sido participante dessa aventura tão vitoriosa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, representando a Bancada do PMDB, caso ainda tenha interesse, ao Senador Neuto De Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, saudamos o Deputado Aníbal, autor da proposta, juntamente com o eminente Senador Arthur Virgílio; saúdo as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares; cumprimento o Ministro Ricupero, os economistas Gustavo Franco, José Coelho e Edmar Bacha.

Sr. Presidente, eu não poderia faltar nesta oportunidade nem deixar de ocupar esta tribuna, para discorrer um pouco sobre a existência do Plano e para chamar à memória fatos mais simples talvez, mas que marcaram muito e que nos deram a oportunidade de representar a Câmara dos Deputados na relatoria dessa matéria.

No dia 28 de abril, o Presidente Nacional do PMDB, Deputado Luiz Henrique da Silveira, hoje Governador de Santa Catarina, juntamente com o Deputado Líder da minha Bancada, Tarcísio Delgado, convidou-me para relatar a Medida Provisória nº 482. Eu disse a S. Ex^a, depois de profunda reflexão, que teríamos de rever as Medidas Provisórias nºs 434 e 457, ambas relatadas pelo Deputado Gonzaga Mota, que não teve seu relatório apreciado. Naquele momento, eu disse a S. Ex^a que só havia duas razões para aceitar isso,

duas condições para produzir esse trabalho, meu caro Edmar Bacha: a primeira era a de que o PMDB fosse unido, estivesse junto; a segunda era a de que só relataria se não houvesse mais reedição. No mês de maio, teria de haver o prazo final. Enfim, se não fosse assim, eu não serviria para aquele serviço.

Partimos nessa caminhada na busca de várias razões, mas eu gostaria de lembrar também, Sr. Presidente, que a primeira visita em meu gabinete foi a do economista Edmar Bacha, que, primeiramente, veio para conversar. Apresentamos nossos pontos de vista, o caminho para buscarmos o sucesso, quem deveríamos ouvir, quando ouvir, mas recebi dele uma recomendação de que a proposta não poderia ter alterações. Assim mesmo, fizemos um trabalho fantástico nessa caminhada. A proposta, eu gostaria de frisar, trazia-nos a disposição dos programas de estabilidade, o sistema monetário nacional, a instituição da Unidade Real de Valores (URV) e, logicamente, a criação, a partir de 1º de Julho, já preestabelecida, da nossa moeda, a transformação do Cruzeiro Real para o Real.

O Brasil vivia – gosto de lembrar – uma crise estrutural, um desequilíbrio econômico à vista em todos os momentos. O desencontro político era uma realidade, a desobediência civil estava junto, e chegava o desdobramento da turbulência social. Eu dizia, naquele momento, que a pior de todas as crises já vivíamos, que era a crise de credibilidade – nenhuma era superior a essa.

Ora, o País, a partir de 1986, em menos de dez anos, teve seis planos de estabilização da economia e cinco reformas monetárias. Vivemos o Cruzado I, o Cruzado II, os Planos Bresser, Verão e Collor, e chegamos ao Real. Cortamos seis dígitos em nossa moeda em três anos: cortamos três zeros em 1986 e mais três zeros em 1989. Trocamos quatro vezes o nome da nossa moeda. Ora, saímos do Cruzeiro para o Cruzado, deste para o Cruzeiro Real, e chegamos ao Real. Congelamos preços e salários. Demos até calote na dívida externa, suspendemos seu pagamento. Houve descontrole da política monetária, confisco das contas bancárias, sem controle fiscal. E, nesse período, experimentamos em torno de 7.000% de inflação, 2% ao dia, mais de 60% ao ano. Os contratos, os pedidos com as fábricas – as lojas não usavam mais a nossa moeda – eram feitos em URV, em TR, em IGPM, em IPCA, em IPA e em OTN, com a qual chegamos a produzir as declarações do Imposto de Renda, não mais em moeda. Autorizaram as Prefeituras a produzir seus orçamentos em OTN. A moeda só servia para o pagamento.

Com esse quadro, passamos a defender não só a medida provisória, mas, sim, o Programa. Enfrentamos,

nas nossas tribunas do Congresso Nacional, críticas de todas as ordens daqueles que não o admitiam, que nele não acreditavam, principalmente pelo insucesso dos planos anteriores. E dizíamos que ele não existia. Não há forma, não há caminho, não há palavra que se sustente em cima dos números que aqui citamos. Isso não existe! E foi muito gratificante. Foi uma jornada muito interessante. Ouvimos quase todos os segmentos da sociedade, inclusive uma análise profunda dos planos fracassados e também as partes positivas daqueles planos, porque muitos dos que elaboraram este participaram daqueles.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em uma proposta “imexível”, introduzimos e negociamos 53 alterações. Produzimos um projeto de conversão muito bem negociado e muito bem entendido. Nós o aprovamos na Comissão e o aprovamos no plenário. Hoje, é a nossa Lei nº 8.880. Por isso tudo, eu me sinto gratificado.

Venho a esta tribuna para aplaudir. Venho a esta tribuna, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, para homenagear todos os brasileiros que cerraram fileiras na luta pela conquista de melhores dias para nossa Pátria. Mas eu não poderia, sob hipótese alguma, deixar esta tribuna sem antes dizer que precisamos de mais. O País precisa muito de uma reforma política. Não é possível que a fonte onde se produzem as ideias, onde se conduzem as propostas, não tenha capacidade suficiente para buscar uma reforma política, uma reforma profunda, para que possamos dar, por meio dessa reforma, no nosso entendimento, a maior de todas – embora aqui já citada a da educação pelo Presidente Fernando Henrique: a reforma tributária.

Tenho aqui os números desses quinze anos de Plano. Em abril de 1994, o Brasil pagava 28% do Produto Interno Bruto (PIB), que era algo em torno de R\$349,2 bilhões. No ano passado, 2008, o PIB foi de R\$3,2 trilhões, e a carga tributária passou para 38%. Por incrível que pareça, ela cresceu 35%, de 28% para 38%, e a base tributária cresceu 565%. E há espaço, sim, para se reduzir a carga tributária; há espaço, sim, para não perder a arrecadação para a União. Há um exemplo muito claro: fizemos, aqui, em 2007, a minirreforma da microempresa e da pequena empresa, o Supersimples. Unimos oito impostos em um só – IPI, ICMS, ISS, Imposto de Renda, PIS, Cofins, Pasep – e incluímos, nessa proposta, a Previdência Social. Reduziu-se, significativamente, a contribuição em 3 milhões e 50 mil empresas, mas triplicou a arrecadação para os cofres, e esse aumento se deu muito claro agora, na crise. Quando todas as arrecadações caíram no Município, no Estado e na União, a Previdência cresceu 14% em função da micro e da pequena empresa.

Por isso tudo, deixo aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta pequena mensagem de fé, de esperança e de aplauso para todos quanto lutaram pelo Plano: juntos, podemos fazer muito mais para nosso País.

Muito obrigado pela oportunidade e pelo tempo, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tenho a satisfação de convidar, para fazer uso da palavra, o ilustre Deputado José Carlos Aleluia, pela Liderança do Democratas (DEM) na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Marconi Perillo, quero dizer a V. Ex^a e a todos que ainda estão nesta sessão que serei o mais breve possível. Poderia, inclusive, ter declinado de falar sobre os 15 anos do Plano Real, mas o que me fez ficar até esta hora para usar a palavra não foi para homenagear, de forma justa, os construtores e os mantenedores do Plano Real.

Aqui ainda estão presentes o Ministro Ricupero, Dr. Edmar Bacha, Dr. José Coelho Ferreira; outros saíram, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi um grande arquiteto, embora sem conhecer arquitetura, como ele próprio reconheceu. Mas, não há necessidade de ser arquiteto para fazer grandes obras, é preciso ter esperança.

Eu uso a palavra para, com a experiência de engenheiro, homenagear os que propuseram esta sessão, o Senador Arthur Virgílio e o Deputado José Aníbal, e o lugar onde ela está sendo feita, o Congresso Nacional. Neste lugar, Ministro Ricupero, neste Congresso Nacional, as tentações não têm sido poucas para atentar contra os pilares do Plano Real. Num regime presidencialista, o normal é que o guardião do Tesouro seja a Secretaria do Tesouro, seja o Poder Executivo.

Eu poderia dizer que, neste momento, o País está sem guardião do Tesouro. As pequenas coisas estão sendo construídas para destruir o Plano Real. Há uma tendência muito grande de se abandonar todos os conceitos que levaram à consolidação do Plano. O crescimento das despesas correntes está fora de qualquer controle. Poucas vozes se levantam contra isso. As tentações não são somente do Planalto, as tentações também são do Senado, também são da Câmara, também são dos sindicatos, também são dos empresários, também são dos governadores, também são dos prefeitos.

Neste momento em que a economia não cresce e, evidentemente, as receitas públicas não crescem, as despesas continuam crescendo. A dívida pública interna está disparando. Os estudos das crises eco-

nômicas do mundo mostram que, claramente, após uma grande crise como esta, o resultado pode ser o 37, como aconteceu nos Estados Unidos: enfrentou-se a crise do fim da década de 20 e começo da década de 30 e se deparou com a nova crise.

Portanto, eu subo aqui não como alguém que está prevendo um futuro que não seja promissor, mas como alguém que pede ao Congresso Nacional... Porque tenho feito isso, às vezes, de maneira isolada. Tenho subido à tribuna de maneira isolada. Tenho contado, muitas vezes, com o apoio do meu partido, o Democratas, cujo Presidente, Rodrigo Maia, está aqui, e também o Líder, o Deputado Ronaldo Caiado. Mas as tentações são de tal forma, as pressões são tão grandes e a oposição é tão pequena, que o Congresso tem aprovado tudo, tudo que é aumento de despesa, para contentar a todos.

E, neste momento, parece ser uma medida anticíclica, porque se aumenta o gasto público. Mas os livros que aprendi – eu não sou economista – recomendam que as ações anticíclicas sejam com despesas reversíveis, compressíveis, e que possam ser eliminadas após a crise.

Portanto, o meu discurso breve é de advertência, de aconselhamento, um pedido aos meus companheiros da base do Governo e da oposição, para que não caíamos em tentação de destruir os pilares do Plano Real, agora que se avizinha uma eleição, em 2010, e de deixar uma herança muito ruim para o próximo Presidente, que não sabemos quem será, mas para que ele possa dar continuidade aos projetos da Nação.

Que possamos voltar aqui para comemorar os 20 anos do Plano Real, 20 anos de estabilidade, 20 anos em que este imposto é cobrado apenas dos pobres, a inflação, não tem sido cobrado. Esta frase é de Ulysses Guimarães: “A inflação é imposto que só os pobres pagam”.

Vamos nos unir para ajudar ou compensar as fraquezas daqueles que querem colocar o plano de obras do Governo com um nome diferente de plano de obra, com o nome de PAC, fora do cálculo do superávit. Essa é uma tentação em que não podemos cair. O Congresso Nacional não pode aprovar uma LDO com esse tipo de absurdo.

Muito obrigado, Sr. Presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo; Srs. Senadores; caro Ministro Rubens Ricupero, Embaixador – é um alegria tê-lo aqui –; e demais autoridades, eu gostaria de, sobretudo, enaltecer a qualidade desta sessão

solene, dedicada a comemorar a implantação dos 15 anos do Plano Real, e, sobretudo, enaltecer o objetivo comum, que unificou as pessoas aqui presentes.

Pudemos observar isso tanto pelas palavras do Governador Aécio Neves quanto, em especial, pelas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois ambos aqui estabeleceram um diálogo muito construtivo com o Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Aloizio Mercadante, a respeito de pontos comuns que se tornaram objetivos de toda a nação brasileira, seja a valorização tão significativa do que é estabilidade de preços, que, nesses 15 anos, foi grandemente alcançada – estamos caminhando passo a passo para ter a inflação num nível que possamos considerar civilizado –, seja também a erradicação da pobreza, da promoção e realização de justiça em nosso País, conforme aqui foi dito especialmente pelo Presidente e Senador Fernando Henrique. Pontos comuns que são também da nossa agenda, da do Presidente Lula e da de todos nós do Partido dos Trabalhadores, como a questão de darmos grande prioridade às oportunidades de boa educação para todos em nosso País, a preocupação muito maior com a questão relativa ao meio ambiente, bem como da melhoria da infraestrutura em nosso País.

Até fiquei pensando, Senador Marconi Perillo: houve ocasiões em que se pensou aqui que os ex-Presidentes da República poderiam tornar-se Senadores vitalícios. Quero reafirmar que não considero essa a melhor forma, porque avalio que, no Senado Federal – o que precisa ser muito melhorado –, devem estar apenas aqueles que são diretamente eleitos pelo povo. E sempre observei que, se em algum momento quisermos ouvir os ex-Presidentes, podemos perfeitamente convidá-los para nos trazer as reflexões que considerem positivas para o Senado, para a Nação.

Pois bem, hoje tivemos a excepcional oportunidade de ouvir o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso aqui, recordando do seu tempo como Senador. Inclusive, na conclusão do seu pronunciamento, fez inúmeras recomendações relativas a como devemos nos proceder, como termos um comportamento humano de decência, um comportamento de não desperdiçarmos recursos; de como as pessoas que têm mais recursos em nosso País podem – todos podemos – fazer a devida poupança, para contribuir para o investimento e, assim, podermos acelerar o crescimento do País.

Tivemos, portanto, um exemplo notável de como um ex-Presidente pode e deve, de quando em quando, ser convidado, sempre que avaliarmos como oportuno, para trazer sua reflexão, como tivemos o exemplo tão positivo hoje e tão bem recebido por todos aqui presentes.

Muito obrigado.

Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Esta sessão solene teve por objetivo celebrar os 15 anos do lançamento do Plano Real, mas nós compartilhamos da convicção de que a data de 1º de julho de 1994 deveria ser vista não como o dia de implementação de um plano econômico que, depois de tentativas anteriores malogradas, conseguiu estabilizar a economia e conter a inflação, que é o pior dos impostos.

O 1º de julho de 1994 deve ser visto como marco da entrada do Brasil na modernidade econômica, tão necessária para ingressarmos no século XXI, direcionados para as reformas de base em nossa sociedade; tão necessária à dinamização das indústrias e do mercado consumidor. Sem o Plano Real, jamais teria sido possível chegar à estabilização, que permitiu aos brasileiros fazer planejamentos e, finalmente, voltar a adquirir bens de consumo duráveis e imóveis em financiamentos de longo prazo.

O Plano Real lançou as bases para a organização da nova sociedade brasileira, porque foi orquestrado cuidadosamente em etapas capazes de retirar o Brasil da inflação galopante, que se transformou em verdadeiro sumidouro de dinheiro; corroía salários e consumia cifras significativas da riqueza nacional.

O fato é que, mesmo diante da crise mundial da economia, as bases lançadas pelo Plano Real, Presidente Itamar Franco, Presidente Fernando Henrique, resistiram às pressões tanto ontem quanto hoje. Mesmo diante das baixas reservas cambiais do passado, que nos forçaram a recorrer ao FMI em duas oportunidades, o Plano Real foi forte o suficiente para resistir, porque seus pressupostos estavam voltados à reestruturação, e não a medidas paliativas de estabilização.

O processo de estabilização se iniciou em junho de 1993, com o Programa de Ação Imediata (PAI), cujo objetivo foi a redução e organização dos gastos da União, medida que deveria ser copiada ainda hoje, sobretudo no que concerne à qualidade dos gastos públicos. O PAI, pode-se dizer, arrumou a Casa para as mudanças a serem implementadas a seguir.

Oportuno recordar, nesta tribuna, como Presidente, que, já em 1994, a criação da Unidade Real de Valor (URV) daria um golpe na inflação com a desindexação dos preços. Essa medida revelou-se de fundamental importância para a criação de um referencial de valores até a desmonetização do velho cruzeiro real.

Com essas duas medidas, estavam lançadas as bases para a Medida Provisória nº 542, a MP do Plano Real, que trazia, entre tantos aspectos, uma curio-

sidade: pela primeira vez, em 60 anos, a moeda não começaria pela letra “c”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não temos qualquer dúvida de que o Brasil não seria o mesmo hoje se não tivéssemos contado com a ousadia e a inventividade dos nossos queridos Presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e suas extraordinárias e competentes equipes econômicas.

A verdade é que as bases do Plano Real foram sólidas o suficiente para permanecerem praticamente inalteradas ao longo dos últimos 15 anos, porque, pela primeira vez, um governante – ou alguns governantes – foi capaz de tratar a economia como questão de Estado, e não como questão de governo.

Mas esse efeito duradouro só foi possível porque as medidas saneadoras desses Governos ultrapassaram as barreiras da estabilização econômica, ao ser lançado o Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), além das reformas econômicas, da mudança do conceito de capital estrangeiro, a criação dos marcos regulatórios, das agências reguladoras e tantas outras inovações criativas, advindas após esse período virtuoso da História do Brasil. Hoje, sem dúvida, o Proer é um exemplo a ser seguido por outros países, como os Estados Unidos, além de outros abalados pela crise do sistema bancário. O intuito foi, exatamente, o de assegurar a liquidez dos depositantes e investidores de instituições financeiras. Dessa forma, evitou-se o risco de novas intervenções ou liquidações extrajudiciais em bancos de grande porte.

Não seria presunção, tampouco proselitismo, dizer que o Plano Real e todas as medidas correlacionadas a ele lançaram o Brasil para o futuro e estavam tão certas que praticamente nada foi mudado de substancial, do ponto de vista macroeconômico, pelo atual Governo na condução da economia.

Ao comemorar o aniversário do Plano Real, esse marco da modernidade na historiografia brasileira, queremos fazer um alerta quanto ao quadro que poderá ser enfrentado pelo futuro Governo, sobretudo se a crise mundial ou se a economia mundial continuar numa gangorra de entusiasmo, sustos, alegrias e sobressaltos.

Já passamos da hora de continuar a tarefa iniciada por Fernando Henrique e Itamar Franco pela implantação do Plano Real e das reformas de base que devolveram importantes setores à economia privada.

Já passamos da hora de fazermos uma reforma tributária capaz de incentivar o empreendedorismo e a livre iniciativa.

Já passamos da hora de fazermos uma reforma política para reafirmar as relações cidadinas numa

sociedade renovada pela prática democrática e pela vida republicana.

Com muita satisfação, recebemos, aqui, ilustres autoridades, Senadores, Deputados, convidados, como o Ministro Ricupero, e é com enorme satisfação que encaminhamos o discurso do Senador Flexa Ribeiro para ser lido.

Ao mesmo tempo, encerraremos esta sessão do Congresso Nacional, agradecendo, mais uma vez, todas as autoridades civis, militares, diplomáticas, eclesiásticas e todos que nos honraram com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discursos à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de me associar hoje aos que têm vindo a esta tribuna para comemorar os 15 anos do Plano Real.

Efetivamente, Sr. Presidente, reputo que, depois da grande reengenharia institucional que foi consumada em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, o outro grande acontecimento que definiu nossa situação atual – e lançou as bases para o futuro – foi a implantação, em 1994, do Plano Real.

A geração que hoje atinge a idade adulta, nascida no final dos anos 80, não conheceu os rigores da ditadura. Não conheceu também a dureza da instabilidade econômica, da inflação galopante, da sucessão de moedas que perdiam seu valor quase imediatamente após sua criação. As vitórias contra a ditadura e contra a instabilidade econômica são duas conquistas que nossa geração terá o orgulho de passar às mais novas.

Nesses momentos de crise, minhas Senhoras, meus Senhores, é sempre reconfortante olharmos para nossas conquistas e avaliarmos o quanto já avançamos, mesmo em relação ao nosso passado recente. Há 15 anos, vivíamos uma situação econômica cronicamente doente. Não era uma crise passageira, como a que hoje vivemos: era uma crise permanente, estrutural, velha de mais de uma década, que envenenava não apenas as relações econômicas, mas tinha também reflexos em todo o tecido social, e que aleijava o País, incapacitado de alçar o vôo que seu potencial sempre prometeu. O sucesso do Plano Real foi o marco decisivo, que, ao trazer de volta a experiência da estabilidade econômica, ajudou-nos a ver com mais clareza nossas verdadeiras feridas sociais – que não se mascaravam mais por trás da instabilidade e da inflação – e tornou possível que passássemos a almejar objetivos reais,

uma vez eliminada a miragem e as distorções inflacionárias, juntamente com o velho remédio da correção monetária, que se interpunham entre nós e a realidade como um véu.

Mais do que isso, a vitória sobre a doença hiperinflacionária era um pré-requisito essencial para consolidar nossa recém-criada democracia. A instabilidade econômica era uma ameaça concreta à estabilidade política, de modo que não é exagero dizer que o Plano Real veio reforçar e consolidar nosso reencontro com a democracia, cujo marco foi a Constituição de 1988. As instituições políticas desenhadas por essa Carta já haviam passado por testes importantes, com uma eleição presidencial e com os conturbados eventos políticos que marcaram o início dos anos 1990. Faltava a conquista da estabilidade econômica.

Essa conquista da estabilidade econômica, Sr. Presidente, veio, finalmente, com o Plano Real. Juntando-se à estabilidade política que experimentávamos há já algum tempo, estavam, desse modo, lançadas enfim as verdadeiras bases da prosperidade que hoje finalmente experimentamos.

Foi lá, a partir de meados de 1993, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, que o processo começou. O ceticismo não era pequeno: a sociedade, desiludida por uma série de “pacotes” mal-sucedidos, não via no novo plano mais chance de funcionar do que seus predecessores. Mas já no primeiro mês de existência da nova moeda, a inflação caía de cerca de 50% ao mês para menos de 6%, – e continuou baixando, chegando a uma taxa mensal em torno de 1,7% nos primeiros meses de 1995. O choque foi considerável.

O resto da história conhecemos todos. Com o controle da inflação, conquistamos novamente a possibilidade de controlar nossas relações econômicas. Com isso, tanto o consumo quanto a produção floresceram. Retomamos as rédeas da economia, e, assim, deixando de ser levados pela correnteza inflacionária, começamos a reunir novamente as condições para o crescimento sustentado de que necessitamos para atingir o nível de desenvolvimento que desejamos.

Sr. Presidente, todos temos consciência de que muito ainda precisa ser feito para que alcancemos

esse nível de desenvolvimento a que aspiramos. Ainda temos empecilhos importantes ao nosso pleno crescimento. Sem o sucesso do Plano Real, no entanto, não teríamos hoje sequer a possibilidade de sonhar com o dia em que reuniremos todas as condições necessárias para dar o salto de desenvolvimento a que nossa sociedade tanto anseia.

A vitória sobre a hiperinflação – que alimentava a pobreza e a exclusão, que entravava o crescimento e recrudescia as desigualdades – foi, tenho convicção disso, um dos eventos definidores de nossa condição atual. Nada mais justo que o Congresso Nacional hoje dedique esta sessão a homenagear essa conquista histórica.

Quero aqui, para finalizar, prestar minhas homenagens aos homens e mulheres que, sobretudo naqueles momentos iniciais da elaboração e da implementação do Plano Real, tiveram a constância e a determinação, baseada na competência técnica e na sensibilidade política, de levar adiante o plano e de sustentá-lo contra todo o ceticismo. Congratulo-me com o ex-Presidente Itamar Franco, em cujo Governo o Plano é lançado, e em especial com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda no momento do lançamento do Plano e, em seguida, Presidente da República por dois mandatos, decisivos, pelas reformas e pelas complementações que trouxe ao Plano Real, por seu sucesso.

Foi graças a esse esforço que pudemos oferecer à geração que hoje dá os primeiros passos na vida adulta a bênção de viver em um ambiente livre da doença da hiperinflação – um mal cujos efeitos corrosivos atingem muito mais fundo, no tecido social, do que a superfície representada pela moeda.

A todos os que tornaram possível tal estado de coisas, deixo aqui meus parabéns pelo trabalho bem realizado e meus agradecimentos, que, tenho certeza, são compartilhados por toda a nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 22 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 46 PÁGINAS

(O.S. 14618/2009)